



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Washington Santos de Souza

Estudo de preconceito social em relação à periferia  
por meio do IRAP

MESTRADO EM PSICOLOGIA EXPERIMENTAL:  
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

São Paulo

2020



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Washington Santos de Souza

Estudo de preconceito social em relação à periferia

por meio do IRAP

MESTRADO EM PSICOLOGIA EXPERIMENTAL:

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Eliza Mazzilli Pereira.

São Paulo

2020

Banca Examinadora:

---

---

---

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos ou científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por fotocópias ou processos eletrônicos.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Ao meu grande orientador, Sergio, por ter contribuído enormemente nesta jornada. Sem teu rigor, inteligência e carinho, esse trabalho não seria possível. Obrigado, Sergio Luna, por toda as contribuições dadas a mim e, sobretudo à psicologia.

Aos meu pais: sincero obrigado. Torço para que agora possam desfrutar do merecido descanso dos meus estresses acadêmicos. Em especial, agradeço à minha mãe, que é minha maior inspiração e exemplo de vida. Não tenho dúvidas de que, se não fosse pela senhora, não seria quem sou. Te amo, dona Lúcia.

Ao corpo docente do PEXP, por todo o aprendizado gerado pelo programa. Em especial, agradeço às reforçadoras positivas professoras, de quem tive a honra de estar em suas aulas: Mônica, Mare, Paula, Bruna, Maria do Carmo e Fani. Gratidão.

Meu muito obrigado a Pedro Henrique, amigo que contribuiu no trabalho, auxiliando em dúvidas que tive acerca da sua dissertação e que me inspirou a realizar minha pesquisa. Obrigado, Cainã Gomes, por ter auxiliado no IRAP e ter indicado o Will Perez, que contribuiu demais em responder a várias dúvidas e orientações acerca do teste do IRAP. Will me ajudou enormemente nesta pesquisa. Gratidão.

Agradeço também às minhas irmãs, Simone e Silvana, e aos meus pequenos sobrinhos, Kauã e Raissa, que me deram energia e amor nesse período difícil.

A Camila, minha companheira, que me deu suporte nos meus piores momentos ao longo do mestrado (“amo tu”) e aos meus amigos que compreenderam minha ausência nesse período.

de Souza, W. S. (2020). *Estudo de preconceito social em relação à periferia por meio do IRAP* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Eliza Mazzilli Pereira.

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento de Metodologias e Tecnologias de Intervenção.

### **Resumo**

A análise do comportamento é uma ciência que se preocupa com questões de ordem social e como tais práticas culturais se relacionam com o comportamento. A fim de avaliar essas relações, foram desenvolvidos instrumentos de medidas de atitudes implícitas, como o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP). Esta pesquisa buscou analisar o preconceito em relação à periferia, com os seguintes objetivos: (a) avaliar a existência de viés em relação a imagens de bairros periféricos de São Paulo (SP) e preconceito social entre os participantes; (b) em caso positivo, se esse viés seria menor em moradores de bairros periféricos; e (c) verificar se variáveis de uma história de violência urbana poderiam estar relacionadas a vieses. Participaram 26 pessoas, de 18 a 57 anos de idade, divididas em quatro grupos: (a) moradores de bairros periféricos que passaram por episódios de violência; (b) moradores de bairros periféricos que não passaram por episódios de violência; (c) moradores de bairros nobres que passaram por episódios de violência; e (d) moradores de bairros nobres que não passaram por episódios de violência. De acordo com os resultados, nenhum grupo apresentou viés negativo em relação à periferia, e os participantes moradores de bairros nobres avaliaram mais positivamente as imagens de bairros periféricos que moradores desses mesmos bairros. Não foi possível verificar se variáveis relacionadas à violência urbana influenciaram vieses.

*Palavras-chave:* preconceito, viés social, violência, IRAP, análise do comportamento

de Souza, W. S. (2020). *IRAP on study of social biases related to the periphery of cities* (Master's thesis). Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

**Thesis Advisor:** Prof. Maria Eliza Mazzilli Pereira, PhD.

**Line of Research:** Development of Intervention Methodologies and Technologies.

### **Abstract**

Behavior analysis is a science that is concerned with social issues and how such cultural practices are related to behaviors. In order to assess those relations, tools for measuring implicit attitudes have been developed, such as the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP). This study aimed to assess prejudice related to the periphery of the city of São Paulo, Brazil, with the following objectives: (a) evaluating the existence of biases in relation to images of peripheral neighborhoods of São Paulo and social prejudice among the participants; (b) if so, if those biases would be lower in residents of peripheral neighborhoods; and (c) verifying whether variables from a personal history of urban violence could be related to biases. There were 26 participants, aged between 18-57 years, which were split into four groups: (a) residents of peripheral neighborhoods who had experienced episodes of violence; (b) residents of peripheral neighborhoods who had not experienced episodes of violence; (c) residents of upscale neighborhoods who had experienced episodes of violence; and (d) residents of upscale neighborhoods who had not experienced episodes of violence. According to the results, no group showed biases related to the periphery, and participants living in upscale neighborhoods rated the images of peripheral neighborhoods more positively than those living in peripheral neighborhoods. It was not possible to verify whether variables related to urban violence influenced biases.

*Keywords:* prejudice, social biases, violence, IRAP, behavior analysis

## Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa dos distritos de São Paulo. Fonte: Guia Geográfico, n.d. ....	8
Figura 2 – Ilustração original do teste de IRAP de Barnes-Holmes et al. (2010). ....	18
Figura 3 – Estímulos de imagens utilizados por Mizael, 2015 e Jardim, 2018. ....	23
Figura 4 – Modelo do IRAP utilizado por Jardim, 2018. ....	27
Figura 5 – Imagens comuns aos bairros periféricos e nobres utilizadas nesta pesquisa.	31
Figura 6 – Exemplo de tentativa do IRAP. ....	35
Figura 7 – Regras que os participantes do IRAP deviam seguir. Em negrito e com a marcação da seta, faz-se a indicação das respostas corretas nas respectivas tentativas. ....	41
Figura 8 – Escores médios dos participantes moradores de bairros nobres que passaram por violência urbana (NV) e os que não passaram por ela (NS). O asterisco sinaliza que os valores são significativamente diferentes de zero ( $p < 0,05$ ; $n = 14$ ). ....	44
Figura 9 – Escores médios de moradores de periferia que passaram por violência urbana (PV) e os que não passaram por ela (PS). Os asteriscos sinalizam que os valores são significativamente diferentes de zero ( $p < 0.05 = *$ ; $p < 0.01 = **$ ; $n = 12$ ) ....	47
Figura 10 – Escores médios do total de participantes oriundos dos bairros nobres ou periféricos. Os asteriscos sinalizam que os valores são significativamente diferentes de zero ( $p < 0.05 = *$ ; $p < 0.01 = **$ ; $N = 26$ ). ....	49

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – IDHM de Distritos do Município de São Paulo, em Relação à Renda, Longevidade e Educação de seus Municípios, Comparando Distritos Nobres e Periféricos.....	3
Tabela 2 – Grupos em que os Participantes Foram Subdivididos .....	32
Tabela 3 – Itens de Gratificações Ofertados aos Participantes que Responderam ao Questionário .....	33
Tabela 4 – Distribuições dos Sujeitos, por Grupos Investigados, segundo as Variáveis que Constavam do Roteiro de Investigação Inicial .....	37

**Sumário**

Introdução .....	1
Índice de Desenvolvimento Humano .....	3
Fatores de Desenvolvimento dos Distritos de São Paulo .....	4
Dados sobre Criminalidade nos Distritos .....	6
Contexto Social Violento e Possíveis Impactos.....	9
Alguns Aspectos do Preconceito.....	13
Estudos de Relações Implícitas: Principais Aspectos .....	16
Discriminação Condicional com Emparelhamento com Modelos .....	19
Racismo e o Paradigma de Equivalência de Estímulos .....	23
Objetivos .....	29
Método .....	30
Participantes .....	30
Locais.....	30
Material.....	30
Procedimento Geral.....	32
Contato inicial com os participantes.....	32
Resultados e Discussão .....	36
Conclusão .....	52
Referências .....	55
Apêndices .....	62

A periferia urbana é constantemente representada de forma pejorativa, sobretudo pela carga negativa de inferioridade e marginalidade construída em relação aos demais setores da cidade – e nasce como fruto da desigualdade entre ricos e pobres, ou áreas centrais e subúrbios. No Brasil, onde se tornaram característicos da rápida explosão urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo, os bairros periféricos são marcadamente longínquos, carentes de serviços públicos e tidos como violentos, culturalmente criminalizados e densamente povoados.

Segundo Villaça (2001), o que hoje se denomina periferia teve início no Rio de Janeiro com a expressão “subúrbio carioca”, que começou a condensar grande contingente populacional pobre por volta de 1910, período em que o centro da cidade era mais valorizado. O processo de retirada dos mais pobres da região central dessa cidade, no entanto, já se havia iniciado na metade do século XIX. Para Abreu (1996), o ponto principal para que essa população pobre fosse arrancada do centro da cidade no Brasil imperial foi o processo higienista. Sobretudo no Rio de Janeiro, as constantes contaminações por epidemias foram usadas como argumento para que os pobres fossem retirados do centro e alocados em regiões mais distantes, tornando possível atender aos interesses políticos e econômicos da época. Nesse sentido, a separação de classes foi ressaltada pela centralidade da cidade, ocupada pelos poderosos, ao passo que as zonas mais distantes serviam de morada aos trabalhadores (Abreu, 1996).

A periferia foi conceituada primeiramente como o local de moradia do trabalhador urbano, pois servia como “dormitório”. Essa força de trabalho era condição necessária para o crescimento urbano da região central em termos de aumento de produção: a força de trabalho da periferia garantiu a expansão e desenvolvimento da metrópole.

Nos anos 1970, a população urbana tornou-se maior que a rural em nosso País. Desse modo, o forte aumento populacional urbano consolidou grandes aglomerados metropolitanos: já no começo daquela década, as regiões metropolitanas passaram a concentrar mais da metade da população urbana brasileira (Brito & Pinho, 2012). Esse aumento populacional urbano, sobretudo em regiões de periferia, foi impulsionado principalmente pelo forte crescimento econômico que o País teve no período.

Esse crescimento, porém, não reduziu as desigualdades entre as periferias e as regiões consideradas mais ricas das metrópoles. Na verdade, as desigualdades entre os serviços públicos e acesso à renda apenas aumentaram, e uma das consequências mais visíveis foi a segregação entre esses dois polos urbanos, com características de acesso e desenvolvimento distintas. Nesse contexto, os moradores de periferia buscaram reivindicar mais acesso a bens públicos e de consumo (Tanaka, 2006).

A partir de 1990, passou-se a observar um sensível avanço de investimentos do Estado nas periferias, principalmente nas áreas de saneamento e educação, além dos investimentos pontuais em pavimentação das ruas locais (Marques & Bichir, 2001). Todavia, a melhoria de serviços ofertados à periferia não significa que as desigualdades tenham sido eliminadas, pois elas ainda podem ser vistas, por exemplo, na ausência ou precariedade do emprego, aumento dos níveis de violência e maior distância dos equipamentos de saúde (Torres & Oliveira, 2001).

Na mesma periferia, também passam a ser reconhecidas novas desigualdades, manifestas nas “favelas de periferia” e na ampliação das moradias em situação de risco ambiental. Ainda hoje, em termos de acesso aos serviços públicos, renda, segurança e escolaridade, a periferia é um local que apresenta baixos indicadores. Construídos à margem do centro do poder, os extremos da cidade são marcados por índices de

desenvolvimento humano inferiores aos dos locais considerados mais ricos, uma desigualdade de acesso a bens públicos e renda que é marca representativa de nosso País.

### **Índice de Desenvolvimento Humano**

Uma forma de representar essas discrepâncias é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida universal e sintética do desenvolvimento humano de países ou regiões. O uso da metodologia envolvida no cálculo do IDH em escala municipal produz o que se denomina Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que traz indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, semelhantes às do IDH, mas com algumas diferenças.

O IDHM é adequado para avaliar municípios brasileiros. Nesse índice, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano; inversamente, quanto maior o afastamento de 1, pior o desenvolvimento (Gonçalves & Maeda, 2017). A Tabela 1 traz os dados do IDHM de São Paulo (SP), separados por bairros e por dimensões, considerando-se o ano de 2010, conforme levantamento de Gonçalves e Maeda (2017).

Tabela 1

*IDHM de Distritos da Cidade de São Paulo, em Relação à Renda, Longevidade e Educação de seus Municípios, Comparando Distritos Nobres e Periféricos*

Distritos	Fator Renda	Fator Longevidade	Fator Educação
<b>Nobres:</b>			
Pinheiros	1	0,946	0,885
Vila Mariana	1	0,939	0,878
Santo Amaro	0,986	0,926	0,826
<b>Periféricos</b>			
Guaianases	0,681	0,807	0,658
Cidade Tiradentes	0,675	0,798	0,646
Parelheiros	0,664	0,776	0,611

*Nota.* Adaptado de Gonçalves e Maeda, 2017.

O IDHM global do município de São Paulo, nos anos de 2000 a 2010, variou de 0,733 a 0,805. Nas dimensões específicas, houve variações como na renda, de 0,876 para 0,843; longevidade, de 0,796 para 0,855; e educação, de 0,614 para 0,725 em uma década (Gonçalves& Maeda, 2017).

Pelo IDHM dos distritos, podemos notar que os melhores índices são observados em áreas nobres do município e que os piores resultados são encontrados em áreas periféricas. Dessa maneira, as dimensões avaliadas no IDHM já apontam as discrepâncias existentes entre ambas as áreas; no entanto, elas ainda não medem outros importantes indicadores de desenvolvimento, como vulnerabilidade, segurança ou índice de violência, fatores que buscaremos evidenciar.

### **Fatores de Desenvolvimento dos Distritos de São Paulo**

Em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – órgão público federal vinculado ao então Ministério do Planejamento –, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para ampliar as medidas de aferição de desenvolvimento humano no País. O IVS foi calculado para todos os municípios da federação.

O IVS baseia-se no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é composto por 16 indicadores e compreende três dimensões: renda e trabalho, capital humano (perspectiva de futuro do indivíduo) e infraestrutura urbana. Dessa maneira, possibilita ampliar os conhecimentos sobre desigualdades socioeconômicas, com dados acerca do bem-estar, área de trabalho, educação, saúde, família, infraestrutura, mobilidade e renda.

Para cada dimensão aferida, quanto mais próximo de 1 for o valor, menor a vulnerabilidade indicada; e, quanto mais próximo de zero, maior a vulnerabilidade social

(Bugni & Jacob, 2017). Os índices são apresentados por cada município em termos globais, mas é possível verificar os dados por regiões ou bairros/distritos.

O IVS na Região Metropolitana (RM) da capital paulista apresenta grande variação, sobretudo em relação aos bairros. Nas regiões ou bairros considerados mais nobres, o IVS está mais próximo de 1, evidenciando uma baixa vulnerabilidade social. No entanto, os bairros mais periféricos mostram um alto ou muito alto IVS, próximo ou muito próximo a zero.

Em São Paulo, esses locais mais vulneráveis localizam-se, em sua maioria, nos extremos sul e leste, regiões que concentram as maiores populações do município. Os distritos ou subprefeituras com maiores vulnerabilidades são: Itaim Paulista, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus, na zona leste; Parelheiros e Capela do Socorro, bem como o distrito do Jardim Ângela, na zona sul (Bugni & Jacob, 2017).

Levando-se em conta os índices apresentados até aqui, observa-se que as regiões mais periféricas da cidade apresentam problemas de ordem social e maiores vulnerabilidades. Como questões ligadas a problemas sociais comumente se relacionam a fatores de violência, são maiores as chances de moradores de regiões tidas como periféricas/pobres sofrerem atos violentos ou conviverem proximamente com aqueles que foram submetidos a eles. Dessa maneira, o fator de segurança ou insegurança merece foco, devido ao impacto no comportamento do cidadão.

## Dados sobre Criminalidade nos Distritos

Os números de ocorrências nas delegacias dos distritos policiais (DPs)<sup>1</sup> de São Paulo em 2017 mostram discrepâncias no que diz respeito às diferentes relações socioeconômicas (Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, 2018).

Os DPs com maior registro de roubos foram: Jardim Herculano (100° DP), com 426; Capão Redondo (47° DP), com 386; e Campo Limpo (37° DP), com 352, todos localizados em regiões mais periféricas. Em contraste, foram registradas apenas 27 ocorrências no Alto da Mooca (18° DP), seguido por Belém (81° DP) e Parque da Mooca (57° DP), consideradas regiões mais seguras – e mais nobres.

Quanto às ocorrências de homicídio, registraram-se sete em Parelheiros (25° DP); cinco no Capão Redondo (47° DP); e quatro na Casa Verde (13° DP) e no Jaguaré (93° DP). Em oposição, não se verificou morte violenta no Alto da Mooca, em Americanópolis (97° DP) e em Artur Alvim (65° DP).

Os números de estupros registrados foram: 13 no Jardim Miriam (98° DP); oito no Parque Santo Antônio (92° DP); e sete em Parelheiros, mas nenhuma ocorrência no Alto da Mooca, Bom Retiro (2° DP) e Brás (12° DP).

---

<sup>1</sup> Os distritos policiais de São Paulo, em número de 102, não correspondem exatamente aos distritos da divisão territorial oficial do município (96): são duas divisões distintas que se sobrepõem. Da mesma forma, a divisão administrativa, em 32 subprefeituras, é uma terceira divisão, havendo, por exemplo, subprefeituras que administram mais de um distrito. A Subprefeitura da Capela do Socorro, anteriormente citada (p. 5), é composta pelos distritos de Socorro, Grajaú e Cidade Dutra.

No que diz respeito ao tráfico de drogas, contaram-se 32 ocorrências no Lajeado (68° DP); 23 no Capão Redondo; e 21 em Americanópolis contra zero no Itaim Bibi (15° DP), Jardins (78° DP) e Parque da Mooca.

Todas essas ocorrências dizem respeito à taxa média registrada por mês durante o ano de 2017, e observa-se que as ocorrências de ilícitos se concentraram mais em regiões consideradas periféricas ou pobres.

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de 16/10/2017 ilustra as desigualdades socioeconômicas entre os distritos oficiais da capital comparando-os a índices de outros países (Rodrigues, Hernandes, Mariani, & Bergamo, 2017). A Figura 1, na página seguinte, traz um mapa do município de São Paulo e seus 96 distritos, permitindo visualizar que as discrepâncias em termos socioeconômicos e de violência entre distritos mais nobres e mais pobres/periféricos – que, por sua vez, resultam em diferentes índices de desenvolvimento humano –, às vezes, ocorrem entre regiões a apenas poucos quilômetros de distância umas das outras.

O Jardim São Luís (65 na Figura 1) alcançou, por exemplo, a taxa de 16 mortes por 100 mil habitantes no período de 2016 e 2017, o dobro da média do município. Comparativamente, o índice é maior que o de países como República Democrática do Congo e Porto Rico, ainda que inferior à média nacional de 27 por 100 mil habitantes, uma das maiores do mundo. Por sua vez, o Jardim Paulista (64 na Figura 1), distrito nobre da zona sul, tem índice de 1 por 100 mil habitantes, semelhante ao da Suécia (Rodrigues et al., 2017).

Quando focados os crimes com mortes, 33 dos 96 distritos de São Paulo têm índices menores que os dos Estados Unidos (4,8), mas 28 têm taxas maiores que a Nigéria (9,7), como a Brasilândia (80 na Figura 1), com taxa de 10,2 (Rodrigues et al., 2017).

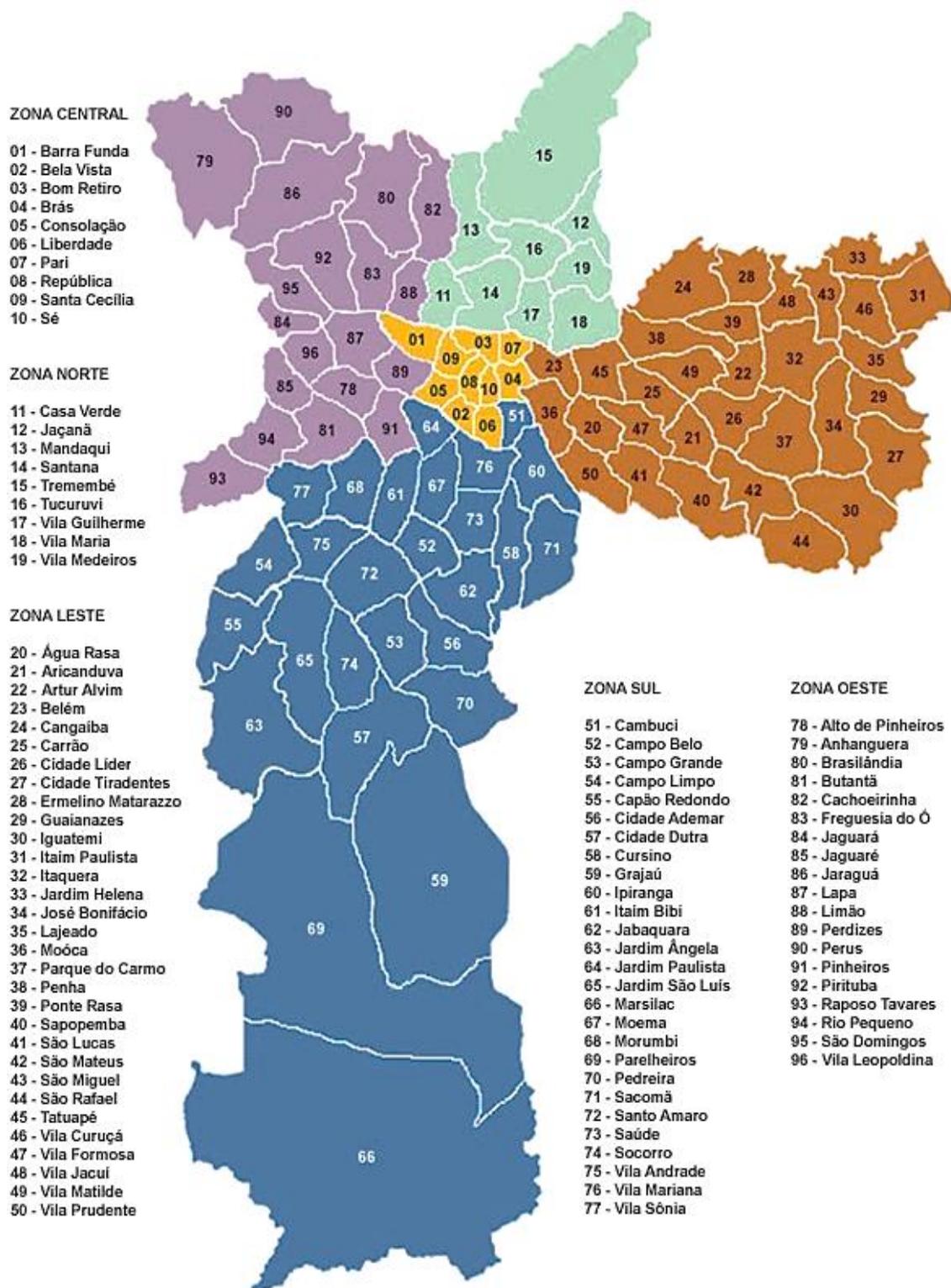


Figura 1. Mapa dos distritos de São Paulo. Fonte: Guia Geográfico, n.d.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Recuperado em 4 nov. 2018, de <http://www.mapas-sp.com/bairros.htm>

Vale ressaltar que, segundo o *Atlas da Violência 2018*, em 2016, o estado de São Paulo apresentou a menor taxa de homicídios do País, com 10,9 por 100 mil habitantes, enquanto a média brasileira ficou em 30,3 (IPEA, 2018). Ainda assim, o estado está longe de alcançar índices abaixo de 1 homicídio por 100 mil habitantes, encontrados nos países mais seguros do mundo (Waiselfisz, 2016). Dada a condição de violência registrada no Brasil, trataremos de algumas de suas consequências à população.

### **Contexto Social Violento e Possíveis Impactos**

Um ambiente com maior tendência à ocorrência de crimes, como ocorre em regiões mais periféricas do município de São Paulo, está associado a uma série de problemas, dos quais trataremos de dois: (a) o impacto do medo da violência; e (b) a banalização da violência como parte da história daqueles que vivem em regiões mais violentas.

O medo da violência faz com que muitos cidadãos busquem medidas protetivas para diminuir as chances de sofrerem um crime, como o uso de alarmes, portões altos, cercas elétricas, segurança particular e uma série de outros equipamentos. Jaitman e Torre (2017) estimaram que o custo direto com segurança no Brasil alcançou US\$ 91 bilhões em 2014, ou 3,78% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, o País gasta mais com segurança privada do que com a pública.

A violência no Brasil tem implicações econômicas, traz impactos à segurança pública, gera reduções de investimentos públicos e privados em outras áreas e aumentos de custos para o setor produtivo. Ademais, homicídios de jovens, por exemplo, geram elevadas perdas de capacidade produtiva e obstáculos ao turismo local e internacional (Jaitman & Torre, 2017).

O custo financeiro é uma forma de avaliar o quanto a população se preocupa com a questão da violência. Outra maneira é a mudança de hábitos que visa a alterar a

possibilidade de sofrer um crime, como evitar determinadas ruas, avenidas, bairros, horários relacionados a uma maior probabilidade de ocorrência de um delito e assim por diante. Dessa forma, os gastos financeiros com segurança, assim como as mudanças de hábitos, relacionam-se, na perspectiva da análise do comportamento (AC), a padrões de fuga-esquiva.

Na leitura analítico-comportamental, a violência é um fenômeno entendido como sinônimo de *coerção*, como propõem Andery e Sérgio (1997). Para Sidman (2003), a coerção refere-se às ações que são controladas por reforçamento negativo ou punição (controle aversivo). Quando fugimos, corremos ou minimizamos eventos temidos ou ameaçadores, emitimos respostas de fuga; e, quando conseguimos não entrar em contato com esses eventos, fazemos uso de esquiva. Já a punição, uma segunda categoria do controle aversivo, pode ser definida pela subtração de reforçadores positivos ou, ainda, pela adição de estímulos aversivos contingentemente a uma resposta.

Através de relações respondentes e operantes, a utilização de estímulos aversivos, gradual e sistematicamente, aumenta o número de estímulos aversivos em nosso ambiente, tornando estímulos originalmente “neutros” e até mesmo originalmente reforçadores positivos em estímulos aversivos. Na *Folha de S. Paulo*, de 21/7/95, encontramos o seguinte relato de uma mulher após ter sido ameaçada por um menino “armado” de uma pedra, enquanto estava dentro de seu carro: “Agora estou com medo de parar no farol e dar dinheiro a outros meninos”. (Andery & Sérgio, 1997, p. 434)

Os efeitos de eventos violentos podem ampliar-se para além do episódio criminoso e limitar bastante o repertório das pessoas que vivenciaram violência ou acompanham notícias policiais. Andery e Sérgio (1997) expõem uma série de efeitos maléficos da violência, dos quais destacamos: (a) a violência produz pessoas impotentes

diante dela: em um ambiente pleno de estímulos aversivos, a esquiva e a fuga são as únicas alternativas; (b) a violência torna-nos amargos: o único critério exitoso é a efetividade em reduzir ou evitar a coerção; e (c) diante de controle aversivo, comportamentos supersticiosos tornam-se muito prováveis e de difícil extinção.

Devido a seus impactos enquanto problema social, a violência alcançou o *status* de problema de saúde pública e, portanto, há necessidade de políticas públicas que visem a reduzir esses impactos (Ministério da Saúde, 2005). Pesquisas vêm relatando que a violência parece estar significativamente relacionada a problemas de saúde mental encontrados em países em desenvolvimento, pelo fato de serem estes locais mais violentos (Ribeiro, Andreoli, Ferri, Prince, & Mari, 2009). Portanto, a preocupação com aqueles que sofrem violência é justificável devido ao impacto gerado, sobretudo, à saúde.

No sentido contrário, observa-se que, para alguns, uma história de vida ligada à violência pode levar à sua banalização ou a uma adaptação ao contexto violento. Numa perspectiva analítico-comportamental, adaptar-se ao ambiente mais hostil seria ficar sensível às consequências ligadas ao valor de sobrevivência. Essa adaptação, porém, também gera efeitos problemáticos.

Segundo Andery e Sérgio (1997), a rotina de violência dos centros urbanos fez-se habitual para alguns, evidenciando que o controle aversivo predomina como relação entre os sujeitos, assim como entre esses sujeitos e as instituições ou entre sujeitos e natureza. A violência frequentemente é vista ou mesmo noticiada e, assim, ao que parece, torna-se parte do cotidiano. Podemos observar essas relações acontecendo quando vemos sujeitos lendo jornais ou vendo noticiários sem se chocarem com notícias de homicídios, estupros, roubos ou chacinas. Considerando os dados até o momento apresentados, é possível que a população mais atingida com a banalização da violência seja a periférica ou pobre, justamente por viver em regiões mais violentas e desassistidas da cidade.

Para Longo (2012), as desigualdades socioeconômicas são frutos de um processo histórico que privilegiou mais um grupo étnico do que outro. Dessa maneira, o grupo desprivilegiado passou a sofrer com desigualdades de renda, cultura e educação, primordialmente. Dentro do grupo de sujeitos que historicamente são vítimas do sistema perverso de desigualdades, violências e preconceitos, estão os pobres e pretos. Observa-se, assim, quão complexa é a problemática da violência no Brasil, com raízes em fatores sociais que parecem ter levado à construção de preconceitos ligados a determinados grupos sociais.

Além de tudo, a violência é um problema em nosso País devido à alta incidência e ao impacto junto aos habitantes, sobretudo, de regiões estatisticamente mais perigosas. Apesar de a violência ocorrida na cidade poder atingir a todos, as chances de sofrer um crime são maiores em bairros considerados periféricos ou de baixo desenvolvimento socioeconômico.

Andery e Sérgio (1997) salientam que parece haver, em nossa sociedade constantemente exposta a atos violentos, uma espécie de familiaridade. Desse modo, banaliza-se e produz-se um mascaramento das relações violentas em nosso ambiente e, por conseguinte, em nossas relações com as pessoas. Devemos questionar quais seriam as variáveis determinantes da violência, quais as contingências favorecedoras e/ou quais agentes reforçadores e punidores poderiam estar atuando nos mais diversos contextos de nossa sociedade para a manutenção desse fenômeno.

É fundamental, ao olharmos para a violência, considerarmos que tratamos de comportamento humano, isto é, de relação entre pessoas. Em suma, quando analisamos a violência, analisamos, na realidade, o indivíduo que está sendo produzido e em que condições é produzido (Andery & Sérgio, 1997). Desse modo, a violência e sua

banalização podem ser compreendidas como relações aprendidas, causadas principalmente por um ambiente social possivelmente hostil.

O ambiente hostil pode tornar-se uma prática aceita em sociedades mais violentas. É possível que a banalização da violência produza relações violentas trajadas de normalidades, como ilustram afirmações como “Ela mereceu apanhar” ou “Com essa roupa, está pedindo para ser violentada”. Tais relações podem estar explícitas, ou seja, podem ser observadas; ou serem implícitas, ligadas a comportamentos não diretamente observáveis.

Relações explícitas de violência estão ligadas a ações como xingar, bater, violentar, torturar e matar, entre outras que denotem ações categóricas, ou seja, que não deixem dúvida de seu caráter observável. Segundo Ferreira (1999), *explícito* refere-se a “desprovido de dúvidas ou ambiguidades, que está perfeitamente enunciado; claro, preciso, sem moderação, comedimento ou limitação: xingamento explícito. . . . Dito de maneira formal sem dúvidas; categórico. . . . Dito ou explicado com exatidão” (p. 34).

No referencial analítico-comportamental, o termo *explícito* pode salientar a natureza pública do comportamento, sobretudo, pelo seu caráter observável. Nesse sentido, pode-se observar uma série de relações violentas em nossa sociedade como as já referidas. Portanto, a violência que, sobretudo, atinge a periferia, somada a fatores socioeconômicos, possivelmente contribui para estigmatizar os moradores de regiões mais afastadas dos centros e, geralmente, também mais pobres.

### **Alguns Aspectos do Preconceito**

Para Nelson (2009), o preconceito é um tema de grande relevância social e pode ser definido como um conjunto de práticas culturalmente condicionadas contra certos grupos sociais ou mesmo um indivíduo. O enfoque dado nesta dissertação recai sobre os

preconceitos direcionados às pessoas que pertencem a grupos menos abastados socioeconomicamente e moradores de periferia.

Segundo Longo (2012), os moradores de periferias de São Paulo mostram insatisfações pelo ambiente precário em que vivem e devido ao preconceito que sofrem por parte da sociedade. Dessa forma, características atribuídas à população de regiões mais pobres/afastadas por alguns segmentos da sociedade estão vinculadas ao estigma do fracasso, à inclinação ao crime e ao discurso liberal da responsabilidade única do sujeito por seu comportamento. Desse modo, em muitos momentos, podemos ver o preconceito às claras por verbalizações como: “Cuidado, ele é favelado”; “Pobre não faz nada que preste”; “Vindo desse lugar, não deve ser boa coisa”.

Este tipo de discurso vem principalmente de moradores de outras regiões, como descrevem moradores de locais periféricos, segundo aponta Longo (2012):

A noção de pertencimento ao lugar que em vivem, a Comunidade Heliópolis, é compartilhada pelo “orgulho”, “raiva” e “vergonha” de ser da comunidade. O bairro Heliópolis tem sido objeto de notícias na mídia, pelos belos projetos como Bacarelli, Cine Favela, Pólo Cultural, mas no dia-a-dia, a favela continua estigmatizada no imaginário e práticas sociais, quando, por exemplo, os familiares, ou os próprios alunos procuram vagas de emprego: “Ninguém que mora aqui, bota o endereço verdadeiro na ficha de emprego, porque eles não querem saber dos favelados, porque pra eles quem mora na favela é bandido, mas não é bem assim...” (V.A.P.G – 15 anos). (p. 10)

As atitudes de cunho discriminatório, muitas vezes, são percebidas pelo seu caráter explícito e ficam mais evidentes sobretudo quando direcionadas a moradores de periferia, negros ou mulheres. Contudo, nos últimos anos, organizações da sociedade

civil vêm lutando por direitos mais igualitários e pleiteando mudanças na legislação que tornem crimes comportamentos discriminatórios (Pereira, Torres, & Almeida, 2003).

Os avanços ocorridos por meio de iniciativa dessas organizações (moradores de periferia, grupos religiosos e organizações não governamentais) foram importantes para diminuir práticas preconceituosas. Atualmente, o Brasil tem leis que, em alguma medida, criminalizam comportamentos discriminatórios, como o racismo, que é crime inafiançável. Outros comportamentos discriminatórios, por sua vez, são passíveis de processos criminais. Ademais, foram adotadas outras medidas, como a instalação de cotas para pessoas negras e estudantes pobres de escolas públicas, que lograram chegar ao ensino superior com maior frequência (Pereira et al., 2003).

Mesmo assim, Pereira et al. (2003) argumentam que não houve grandes avanços na diminuição de preconceitos sociais. Para os autores, a principal mudança vista no preconceito racial é que as práticas deixaram de ser tão explícitas e passaram a ser mais encobertas, manifestando-se como preconceitos implícitos. Nesse sentido, mesmo com as práticas afirmativas dos últimos anos voltadas a moradores de regiões pobres, negros ou mulheres e com maior ocupação de lugares de poder por parte dessas populações (acesso a universidades, cargos mais altos, etc.), seguem elas vistas como menos capazes ou de forma pejorativa, como evidenciam afirmações negativas direcionadas aos “cotistas”. As leis punitivas ao preconceito e a maior possibilidade de ascensão social a pessoas socialmente menos abastadas contribuem, sem dúvida, para mudanças. Todavia, ainda há marcadas desigualdades no tratamento e acesso de pessoas de classe desabastadas quando comparadas às abastadas (Pereira et al., 2003).

Embora o preconceito implícito tenha características mais difíceis de serem observadas e comprovadas, há, na literatura analítico-comportamental, descrições de instrumentos capazes de registrar padrões implícitos de comportamentos, como o

Implicit Relational Assessment Procedure – IRAP (Barnes-Holmes et al., 2006). O IRAP se propõe a mensurar atitudes enviesadas<sup>3</sup> em relação a raça, gênero, profissão, entre outros, que refletem padrões de atitudes condizentes com que os indivíduos acreditam.

### **Estudos de Relações Implícitas: Principais Aspectos**

O IRAP tem sido utilizado na avaliação de medidas implícitas, isto é, medidas que podem ser aferidas sem que necessariamente os participantes tenham consciência de que estão sendo avaliados (Barnes-Holmes et al., 2006; Barnes-Holmes, Murphy, Barnes-Holmes, & Stewart, 2010). Desse modo, os participantes encontram dificuldades de falsear suas respostas, diferentemente dos instrumentos de medidas explícitas, que podem sofrer algum tipo de falseamento, por permitirem que os participantes possam pensar sobre suas respostas ou avaliá-las, ou avaliarem uma possível repercussão social de suas escolhas.

Segundo de Houwer (2006), os participantes submetidos ao IRAP não podem controlar deliberadamente suas respostas, sobretudo devido à exigência de a emissão da resposta ter um intervalo de tempo curto, geralmente ou, no máximo, de até 3 s.

A exigência do teste é relacionar estímulos-modelo (que podem ser palavras ou imagens) a estímulos-alvo (normalmente, palavras relacionadas ao contexto da pesquisa), e deve-se escolher entre duas opções de resposta (“Verdadeiro” ou “Falso”). Tem-se,

---

<sup>3</sup> Embora o termo *atitude* sempre tenha sido evitado na terminologia analítico-comportamental, ele é mantido aqui em virtude de estar na base dos procedimentos desenvolvidos e testados por Barnes-Holmes e outros pesquisadores: “Implicit attitudes as defined by Greenwald and Banaji (1995) are ‘introspectively unidentified (or inaccurately identified) traces of past experience that mediate favourable or unfavourable feeling, thought, or action toward social objects’” (Barnes-Holmes et al., 2006, p. 8).

ainda, que afirmar as relações definidas pelo pesquisador como “corretas” (relações consistentes) e negar as relações definidas como “incorretas” (relações inconsistentes), que são programadas pelo computador (Barnes-Holmes et al., 2006).

Ao término do teste, o IRAP gera escores das variáveis mensuradas pelo estudo. Desse modo, números ou dados de cada participante podem ser analisados, permitindo ao pesquisador comparar um conjunto de dados e aferir se há ou não algum tipo de viés dos participantes. Na realização do teste, costuma-se dizer aos participantes que será avaliada sua capacidade em seguir as instruções dadas pelo *software* e pelo pesquisador. Contudo, a real avaliação diz respeito às relações aprendidas nas áreas de gosto pessoal, opiniões, avaliações, crenças e outras relações implícitas: pressupõe-se que os participantes tendam a responder com mais rapidez às relações que reflitam suas reais crenças (Barnes-Holmes et al., 2006).

O IRAP requer que os participantes realizem blocos de tentativas, isto é, um número  $x$  de respostas em relações consistentes – por exemplo, branco – positivo; e negro – negativo, se assim determinadas pelo pesquisador; e, em outro momento, em outro bloco, as relações invertidas – por exemplo, negro – positivo; e branco – negativo.

É necessário que o participante responda com precisão e rapidez às tarefas, sobretudo porque a principal unidade de medida do IRAP é o tempo de latência da resposta. Dessa maneira, o teste costuma eliminar participantes que não atendam a critérios de tempo e precisão. O que se avalia são os blocos de relações consistentes (as relações “corretas”, ou seja, planejadas pelo pesquisador), que, em caso de viés, deverão mostrar uma diferença significativa na latência das respostas quando comparados com as relações avaliadas nos blocos inconsistentes (Barnes-Holmes et al., 2006).

Os participantes submetidos ao IRAP passam, em linhas gerais, por uma fase de pré-treino, na qual se familiarizariam com a tarefa. O tempo de resposta requerido é curto

(2 ou 3 s) e exige-se um total de acertos de, pelo menos, 80% das tentativas em um bloco. Os erros são sinalizados com um “X” na tela do computador. Quando dois blocos consecutivos alcançam 80% de acertos, os participantes precisam realizar mais seis blocos, alternando relações consistentes e inconsistentes, isto é, obedecer a uma regra e depois a uma nova regra (Barnes-Holmes et al., 2006).

A Figura 2 traz um breve exemplo do IRAP utilizado por Barnes-Holmes et al. (2010), que buscaram analisar o viés para cor de pele utilizando imagens de pessoas brancas e negras portando uma arma de fogo. Nesse estudo, o primeiro bloco de aprendizado foi programado para ser “pró-branco” (relações consistentes): por exemplo: (branco com arma – seguro = verdadeiro; branco com arma – perigoso = falso; e negro com arma – seguro = falso); e o segundo bloco, “pró-negro” (negro com arma – seguro = verdadeiro; negro com arma – perigoso = falso; e branco com arma – perigoso = verdadeiro).

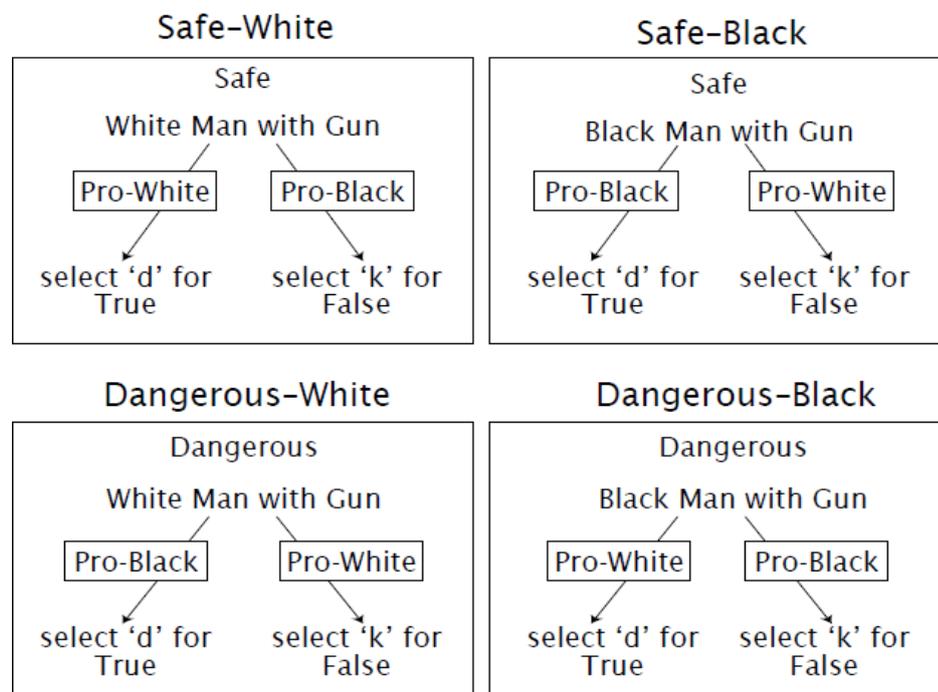


Figura 2. Ilustração original do teste de IRAP de Barnes-Holmes et al. (2010).

Passada a fase de aprendizagem ou prática, houve seis blocos de teste alternando-se as exigências de respostas pró-branco e pró-negro. Cada bloco dizia respeito a uma série de tentativas que os participantes precisavam executar, determinadas pelo *software*. O tempo exigido para os participantes responderem às figuras variou de 3 a 2 s, e a exigência de acertos foi de, no mínimo, 80% por bloco (Barnes-Holmes et al., 2010).

Nos resultados, observou-se que houve uma preferência positiva para os brancos: dados mostraram que as respostas: branco – seguro = verdadeiro; branco – perigoso = falso; e negro – seguro = falso foram mais rapidamente emitidas que as inversas. Desse modo, foi possível constatar que os participantes que responderam à pesquisa mostraram algum nível de viés negativo para as pessoas de pele negra. Os participantes foram irlandeses natos, todos brancos (Barnes-Holmes et al., 2010).

O IRAP tem-se demonstrado importante medida de aferição de atitudes preconceituosas que, de outro modo, dificilmente poderiam ser avaliadas. O instrumento foi utilizado com sucesso na identificação da presença ou ausência de vieses sociais relativos a raça, gênero, obesidade, religião e homossexualidade, além de ter sido aplicado em indivíduos adultos e em crianças (Barnes-Holmes et al., 2010; Cullen & Barnes-Holmes, 2008; Drake et al., 2010; Jardim, 2018; Mizael, 2015; Rabelo, Bortoloti, & Souza, 2014; Roddy, Stewart, & Barnes-Holmes, 2010).

### **Discriminação Condicional com Emparelhamento com Modelos**

Uma forma de compreender e estudar o comportamento social complexo é o paradigma de equivalência de estímulos, que permite comprovar experimentalmente o comportamento simbólico. Relações arbitrariamente ensinadas em um dado treino direto de, no mínimo, dois pares estabelece uma terceira que não foi diretamente treinada (Sidman, 1994; Sidman & Tailby, 1982). Para uma melhor compreensão desse processo,

precisamos abordar, antes, a discriminação condicional, que se refere a uma contingência de, pelo menos, quatro termos.

Para uma discriminação condicional se estabelecer, um treino se fará necessário. Tomemos o exemplo de Sidman (2008), em uma discriminação simples claro/escuro, em pássaros. Um grão de comida é liberado mediante a bicada de um pombo em um disco iluminado, ao passo que nada ocorre se o pombo bicar o disco escuro. Agora, com o mesmo pombo, adiciona-se outro treino: bicadas no disco iluminado mediante um tom terá como consequência o grão e, na ausência do tom, a bicada ao disco escuro liberará o grão. A apresentação ou ausência do tom passará a criar uma condição que sinaliza a probabilidade de reforçamento. Desse modo, após o referido treino, o estímulo condicional estabelecido será o tom, que passará a controlar em qual dos discos o animal precisará bicar para obter o alimento (Sidman, 2008).

Essa descrição diz respeito a uma discriminação condicional clássica, mas há outras maneiras de ensiná-la, como com o procedimento de *matching-to-sample* (MTS). No MTS, um estímulo é apresentado isoladamente a cada tentativa. Em seguida, espera-se que o sujeito responda a esse estímulo com o que se denomina de resposta de observação. Emitida essa resposta, são apresentados pelo menos dois estímulos-comparação. A escolha por um dos estímulos-comparação será reforçada dependendo de um estímulo-modelo apresentado. Assim, quando uma discriminação condicional se estabelece, o controle passa a ser exercido pela presença ou ausência de outros estímulos (Debert & Matos, 2006).

O controle condicional exercido pela contingência de quatro termos possibilitou uma maior complexidade e maleabilidade ao comportamento em relação à discriminação simples. Desse modo, a discriminação condicional mostrou-se de suma importância para o estabelecimento de aprendizado complexo e possibilidade de emergência de respostas

(Debert & Matos, 2006). O ensino sistemático de algumas relações de discriminação condicional permitiu, ainda, avaliar a emergência de novas discriminações condicionais provenientes daquelas diretamente ensinadas (de Rose, 1993). Como resultado, o procedimento de MTS passou a ser um dos modelos mais difundidos para o estabelecimento de discriminação condicional e equivalência de estímulos.

Sidman (1971) ensinou relações entre palavras faladas e figuras e entre as mesmas palavras faladas e palavras impressas por meio do MTS. Os testes mostraram que o participante aprendeu a relacionar as figuras às palavras impressas e as palavras impressas às figuras; essas relações, porém, não haviam sido treinadas. Em suma, ensinou-se ao participante, que já havia passado por um treino e sabia relacionar palavras faladas (A) a figuras que representavam as palavras (B), a relacionar palavras faladas (A) e palavras impressas correspondentes às faladas (C). Posteriormente, foi aplicado um MTS com inúmeras tentativas usando palavras impressas mostradas como estímulos-modelo e figuras mostradas como opções de escolha (estímulos-comparação), além de figuras apresentadas como modelos e palavras escritas apresentadas como estímulos-comparação.

Por meio do MTS, foi possível estabelecer relações de controle entre as figuras e as palavras impressas (BC) e entre palavras impressas e as figuras (CB) sem um treino direto, isto é, essas relações emergiram a partir do treino do *matching-to-sample* e da relação que já exercia controle sob o participante (AB). Por fim, o jovem ficou sob controle das palavras faladas, figuras correspondentes às palavras e palavras impressas e vice-versa. As relações (A, B e C) tornaram-se, portanto, equivalentes, ou, dito de outro modo: palavras faladas, palavras impressas e figuras representativas das palavras adquiriram a mesma função (Sidman, 1971).

Ao tratarmos de relações de equivalência, é preciso comprová-las por meio de testes designados por reflexividade, simetria e transitividade, derivados da matemática. Demonstra-se a reflexividade quando, dado um conjunto de elementos A, B e C, tem-se que  $A = A$ ,  $B = B$  e  $C = C$ , o que se convencionou chamar de *matching* de identidade. A simetria, por sua vez, designa que os estímulos são intercambiáveis: se A então B, B então A. Finalmente, a transitividade significa demonstrar que, dado o conjunto, se  $A = B$  e  $B = C$ , então  $A = C$ . Por fim, se todos esses três testes se mostrarem eficazes, podemos nos referir à equivalência de estímulos: A, B e C são equivalentes (Hübner, 2006; Sidman & Tailby, 1982).

Outro fenômeno que pode emergir da equivalência de estímulos é a transferência de funções, que consiste em estender a função de determinado estímulo para os demais membros de uma mesma classe. Por exemplo: “Pelé” é uma palavra ou estímulo que passou a se configurar dentro de uma classe de outras palavras ou expressões, como: “rei do futebol”, “símbolo de excelência”, “campeão”, ou seja, dizer que uma caneta é “símbolo de excelência”, ou dizer que a caneta é “um Pelé” seria a mesma coisa – transferência de função. Dessa maneira, “um estímulo que tem determinadas funções pode ser comparado a um ‘referente’, e os estímulos equivalentes a ele podem ser comparados a ‘símbolos’ capazes de substituí-los em algumas ocasiões” (de Rose & Bortoloti, 2007, p. 253).

A equivalência de estímulos vem possibilitando estudos relacionados a comportamentos simbólicos envolvidos em vários repertórios do ser humano, a exemplo do racismo, como indicado nos trabalhos de Carvalho (2010), Mizael, (2015) e Jardim, (2018), que utilizaram o paradigma da equivalência de estímulos para identificar e/ou reduzir o viés racial implícito.

### Racismo e o Paradigma de Equivalência de Estímulos

As pesquisas de Mizael (2015) e Jardim (2018) são replicações adaptadas da pesquisa de Carvalho (2010) e buscaram abranger possíveis falhas ou limitações do estudo original. Por esse motivo, opta-se, aqui, por descrever mais enfaticamente as dissertações mais recentes.

Mizael (2015) procurou verificar se o ensino de novas relações de equivalência poderia reverter, em crianças, o viés racial negativo em relação a pessoas negras. Desse modo, testou se era possível, por meio de treino de emparelhamento de fotos de pessoas negras com símbolos positivos (reforçadores), mudar esse viés. Treze crianças de ambos os sexos (três delas negras) entre oito e 10 anos de idade, pré-testadas, mostraram viés negativo para imagens de negros. Dois grupos foram criados: um com *matching-to-sample* simultâneo e outro com *matching-to-sample* com atraso de 2 s. Os estímulos utilizados foram: quatro fotos de pessoas negras e pessoas brancas, uma foto de polegar para ilustrar positivo (apontando para cima) ou negativo (apontando para baixo) e três fotos de estímulos abstratos, como demonstra a Figura 3 (Mizael, 2015). As crianças foram reforçadas pelos bons desempenhos por ganho de pontos que, posteriormente, podiam ser trocados por brindes.

	1	2	3
A			
B			
C			

Figura 3. Estímulos de imagens utilizados por Mizael, 2015 e Jardim, 2018.

O primeiro teste para avaliação dos participantes foi o Self-Assessment Manikin (SAM), que consiste em medidas de autorrelato idealizado por Bradley & Lang (1994), que avalia respostas afetivas diante de uma imagem apresentada. Os participantes recebiam uma folha com uma imagem na parte superior e cinco imagens abaixo mostrando fisionomias que variavam de felicidade até tristeza. As crianças deviam marcar com “X” suas percepções das imagens apresentadas, e aquelas que avaliaram mais negativamente as imagens de pessoas negras foram selecionadas para participar da pesquisa.

O segundo teste, chamado de AC3, tinha o propósito de testar como as crianças relacionariam as imagens de pessoas de pele negra ou branca com símbolos ditos como positivo ou negativo. Desse modo, os estímulos C1 (imagens de pessoas negras), C2 (figuras abstratas) e C3 (imagens de pessoas brancas) foram utilizados como estímulos-modelo. Os estímulos A1 (polegar positivo) e A2 (polegar negativo) foram usados como comparação aos estímulos-modelo (ver Figura 3).

Apresentado um estímulo-modelo (por exemplo, imagens de pessoas negras, brancas e figura abstrata) pelo computador, a criança devia clicar na figura de polegar positivo ou negativo que acreditasse ter mais relação com o estímulo-modelo, isto é, as crianças eram orientadas a responder de acordo com suas crenças diante das imagens apresentadas. Houve seleção das crianças que pontuaram mais na relação de imagens de negros e polegar negativo. Posteriormente, na fase de pré-treino, os participantes participaram de uma tarefa de discriminação condicional, com três estímulos-comparação e 15 tentativas, sendo que as três primeiras tinham o objetivo de dar dicas de como fazer a discriminação condicional e de ambientar as crianças com o procedimento. Depois das três primeiras tentativas, elas podiam seguir para a próxima

fase, e o critério era ao menos 14 acertos em 15 tentativas. Caso contrário, podiam voltar para fase ensino ou mesmo serem eliminadas se os erros se seguissem (Mizael, 2015).

Na fase de treino, as 13 crianças foram distribuídas em dois grupos: *matching-to-sample* simultâneo e *matching-to-sample* com atraso de 2 s. O critério para seguir para a próxima fase era ter tido ao menos 15 acertos em 16 tentativas possíveis. Primeiramente, treinou-se a relação polegar positivo/negativo e figuras abstratas (AB1), com dois blocos de 16 tentativas. Em seguida, foi feito o teste de simetria, trocando-se o estímulo-modelo pelo estímulo-comparação (BA). O próximo treino foi o de relações entre figuras abstratas e imagens de pessoas (BC), composto por dois blocos de 16 tentativas. Posteriormente, foi realizado o teste de simetria, alterando-se o estímulo-modelo (BC) para o estímulo-comparação (CB). Realizou-se, ainda, um treino misto com dois blocos de 16 tentativas das relações polegar positivo/negativo e figuras abstratas e imagens de pessoas (AB/BC), com o objetivo de verificar se os estímulos eram intercambiáveis, isto é, se as crianças respondiam da mesma forma se houvesse troca dos estímulos-comparação pelo modelo.

Na fase de pós-treino, o teste de equivalência foi feito em duas partes. Na primeira parte, 32 tentativas foram divididas igualmente entre as relações polegar positivo/negativo e imagens de pessoas e também entre as relações imagens de pessoas e polegar positivo/negativo (AC e CA). Sendo assim, o teste mostrou que as crianças passaram a responder positivamente às imagens de negros, pois ficaram sob controle de A1C1 ou C1A1.

No pós-teste, o instrumento SAM e o teste do IRAP foram aplicados e mostraram que as crianças não mais qualificavam negros negativamente. Desse modo, a pesquisa de Mizael (2015) logrou formar as classes de equivalência almejadas, ou seja, todas as crianças com viés negativo para imagens de negros, após o treino de *matching-to-sample*

(MTS), passaram a relacionar imagens de negros a símbolos positivos. A autora sugeriu que, em próximos estudos, o número de participantes fosse maior, que se realizassem treinos mistos com outras relações, emprego do IRAP no começo do procedimento e realização de *follow-up* para avaliar se as relações aprendidas se manteriam ao longo do tempo (Mizael, 2015).

Na pesquisa realizada por Jardim (2018), uma replicação de Mizael (2015), os participantes foram adultos – em vez de crianças –, que se autodeclararam brancos, pretos (negros) ou pardos. A autodeclaração como preto ou branco era critério de inclusão na pesquisa, sendo excluídos os que se autodeclararam pardos. Utilizando basicamente os mesmos procedimentos de Mizael (2015), as perguntas a que o estudo de Jardim (2018) buscou responder foram: (a) O procedimento para reduzir o viés racial em adultos seria eficaz? e (b) O fato de o participante ser branco ou negro interferiria nos resultados?

Assim como Mizael (2015), Jardim (2018) tinha como finalidade estabelecer classes de estímulos de imagens de negros com símbolos positivos, buscando reverter um possível viés racial dos participantes. Contudo, os resultados encontrados foram curiosamente inesperados: nenhum dos indivíduos dos dois grupos de participantes negros e brancos demonstrou viés racial negativo para nenhuma das etnias. Mesmo o IRAP não mostrando qualquer viés negativo para negros, os participantes foram submetidos à realização do MTS, que estava programado para estabelecer imagens de pessoas negras e polegar positivo. Depois de passarem pelo treino de MTS, as respostas dos participantes no IRAP continuaram praticamente inalteradas, ou seja, seguiam sem viés.

No estudo de Jardim (2018), antes de iniciar o procedimento de *matching-to-sample*, os participantes deviam passar por um treino para estabelecer o gesto de polegar positivo como reforçador condicionado por meio de um jogo. Os participantes eram treinados a clicar na roleta que girava e, ao ganharem pontos no jogo, o polegar positivo

aparecia com os números de pontos ganhos que depois seriam convertidos em dinheiro. Inversamente, o polegar negativo estava relacionado à perda de pontos e, posteriormente, os participantes ainda precisavam passar por um teste para confirmar se as funções dos polegares haviam sido estabelecidas. Dada a comprovação do estabelecimento das funções dos polegares, era possível dar início ao MTS. O estabelecimento da função dos polegares foi fundamental para o treino do MTS, uma vez que os polegares positivos/negativos foram posteriormente utilizados para o estabelecimento da equivalência no referido estudo (Jardim, 2018).

Por fim, as perguntas feitas pelo estudo não puderam ser respondidas. Como não foram observados vieses raciais negativos nos participantes, não se pode afirmar que houve mudança de viés. Também não ficou claro se o fato de os participantes serem de raça/etnia negra ou branca interferiu nos resultados da pesquisa. Entretanto, os resultados obtidos no programa de *matching-to-sample* e no IRAP na linha de base e pós-MTS foram interessantes. A Figura 4 traz um exemplo do IRAP da referida pesquisa.



Figura 4. Modelo do IRAP utilizado por Jardim, 2018.

Em Jardim (2018), o IRAP serviu para verificação do viés racial e sua possível mudança. Decidiu-se por deixá-lo no fim do procedimento para poder comparar os resultados antes e depois da aplicação do MTS. Exigiu-se que os participantes respondessem em uma velocidade mínima de 2 s para os estímulos apresentados. A precisão mínima de acertos ficou em 80% no pré-teste e pós-teste.

Na referida pesquisa, os participantes negros, depois de passarem pelo treino de MTS e serem testados no IRAP, mostraram uma pequena queda na relação negros – atributos positivos (reforçadores), evidenciando que o treino poderia ter deixado a relação mais fraca, embora o esperado fosse fortalecê-la. Os principais resultados encontrados referentes ao uso do IRAP nos grupos autodeclarados negros e brancos após passarem pelo treino de MTS também demonstraram pequenas variações, mas não puderam ser comparados devido ao fato de os participantes não terem demonstrado viés negativo e as diferenças entre os grupos terem sido sutis (Jardim, 2018).

## Objetivos

Com a oportunidade trazida pelo IRAP e descrita até aqui, a presente pesquisa propôs-se a estudar as relações implícitas relacionadas a possíveis vieses ou atitudes de moradores de São Paulo por meio do instrumento, utilizando símbolos característicos de regiões mais pobres/periféricas do município.

Os objetivos específicos deste trabalho foram:

- (a) Avaliar a existência de viés em relação a imagens de lugares periféricos e preconceito social entre os participantes;
- (b) Em caso positivo, se esse viés seria menor em moradores de regiões periféricas/pobres; e
- (c) Verificar se variáveis de uma história de violência urbana – contato com noticiários divulgadores de situações de violência, vivência própria de atos de violência e contato com pessoas próximas que tivessem vivido tais situações, por exemplo – influiriam no viés em relação a participantes que não contavam com tal história.

Sendo assim, esperamos contribuir para o estudo de identificação de prováveis comportamentos discriminatórios em relação à imagem que os moradores têm dessas regiões.

## Método

### Participantes

A amostra inicial contou com 34 participantes. Destes, 26 que obtiveram ao menos 80% de precisão e responderam em até 2,5 s no teste do IRAP concluíram a pesquisa, conforme se descreve no Procedimento Geral (pp. 32-35). Dos 26 participantes que concluíram a pesquisa, 12 eram oriundos de bairros pertencentes a distritos periféricos de São Paulo; os outros 14 eram de bairros considerados nobres; 18 eram mulheres, e oito, homens.

Os participantes que concluíram a pesquisa tinham idades entre 18 e 57 anos, e a maioria tinha curso superior completo ou eram graduandos. A pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, complementada pela Resolução n.º 510/2016 do mesmo órgão. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da PUC-SP, sob o número CAAE 26488819.5.0000.5482, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A, p. 62).

### Locais

O experimento foi realizado em diferentes lugares: na sala de atendimento do pesquisador, nas residências dos participantes e nas salas de pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento (PEXP), da PUC-SP. Todos os ambientes dispunham de mesa e cadeiras e eram silenciosos.

### Material

Foi utilizado um *notebook* (Acer core i5) de 15 polegadas, com *mouse* e uma câmera de vídeo para gravar o participante durante a aplicação do IRAP (Barnes-Holmes

et al., 2006).<sup>4</sup> Utilizou-se a versão do programa denominada GO-IRAP, que controla a apresentação de instruções e estímulos e o registro das respostas dos participantes.

Além disso, empregou-se também uma ficha de identificação pessoal dos participantes e sua breve rotina diária que continha 17 perguntas que incluíam: identificação pessoal, bairro de residência, hábito de assistir a noticiários jornalísticos, mídia mais consultada, consideração sobre segurança da cidade e de sobre seu próprio bairro e violência urbana sofrida, entre outras informações (Apêndice B, p. 63).

Oito imagens coloridas foram utilizadas: quatro representando bairros periféricos, com ruas e casas consideradas comuns à região; e quatro representando bairros nobres, com ruas e casas comuns à região (Figura 5). Os critérios para se considerar bairros como pobres/periféricos foram: distância do centro da cidade e, principalmente, fatores socioeconômicos, como renda, escolaridade, acesso a bens comuns e assim por diante (IBGE, 2016).



**Imagens comuns em bairros pobres**



**Imagens comuns em bairros nobres**

Figura 5. Imagens comuns aos bairros periféricos e nobres utilizadas nesta pesquisa.

---

<sup>4</sup> O *software* está disponível para *download* em: <https://go-rft.com/go-irap>

## Procedimento Geral

**Contato inicial com os participantes.** Os participantes foram convidados por meio de mídias sociais, informes colocados na PUC-SP (nos centros acadêmicos ou painéis de informações) e indicações de amigos ou professores. Para participar desta pesquisa, foi necessário que o participante respondesse à ficha de identificação e de rotina (Apêndice B, p. 63) e ter disponibilidade para participar do experimento, que, em média, levou 40 min por participante.

Desse modo, foi possível conhecer aspectos da história de vida descritas pelos participantes e compor quatro grupos: moradores de bairros nobres e periféricos que vivenciaram propriamente violência urbana (assalto, sequestro ou tentativa de homicídio) e aqueles que não a vivenciaram (Tabela 2).

Tabela 2

### *Grupos em que os Participantes Foram Subdivididos*

Moradores	Grupos
De bairros nobres que sofreram violência	Grupo 1: NV
De bairros nobres que não sofreram violência	Grupo 2: NS
De bairros periféricos que sofreram violência	Grupo 3: PV
De bairros periféricos que não sofreram violência	Grupo 4: PS

Todos os participantes que responderam ao roteiro de entrevista deviam escolher um objeto de seu agrado como agradecimento pela disponibilidade de uma série de opções que variaram de objetos de cuidado pessoal a comestíveis, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3

*Itens de Gratificação Ofertados aos Participantes que Responderam ao Questionário*

Sabonete de limpeza facial Deep clean Neutrogena 80 gramas	Chocolate Bis branco com 20 unidades	Chocolate branco Nestlé Galak 90 gramas
Prestobarba Gillette	Chocolate Bis preto com 20 unidades	Chocolate Lacta Diamante Negro 90 gramas
Lenços umedecidos de limpeza facial Neutrogena	Chocolate Nestlé Classic 90 gramas	Chocolate Lacta Intense 40% de cacau, 85 gramas
Lixas de unhas com 8 unidades	Chocolate Nestlé Crunch 90 gramas	Protetor labial Nívea 10 gramas

Para a realização do teste do IRAP, os sujeitos precisaram passar por algumas instruções que os ajudaram a cumprir a tarefa. Para minimizar qualquer possível confusão com as imagens consideradas de periferia ou de bairros nobres, o pesquisador mostrou, antes do teste, quais seriam as imagens consideradas de bairros de periferia ou nobres (ver Figura 5), e os participantes tinham até 5 min para estudá-las. Finalmente, os participantes foram informados de que seu bom desempenho no teste podia se converter em ajuda a uma instituição de caridade: para todo participante que executasse o teste de modo satisfatório, o pesquisador doaria 5 kg de alimentos não perecíveis à instituição. Ao final, foram doados 130 kg de alimentos a uma instituição à escolha do pesquisador.

Alguns aspectos do teste e, principalmente, como ele precisaria ser respondido, necessitaram de instruções. Sendo assim, o pesquisador falou-lhes: “A tela será composta por uma imagem no centro e uma palavra abaixo dela. Ainda mais embaixo, à esquerda e à direita da tela, você terá a opção de ‘verdadeiro’ ou ‘falso’. Se a tecla ‘D’ do teclado for acionada, significa que você escolheu a opção à esquerda, ‘verdadeiro’; e se a tecla ‘K’ for acionada, a opção à direita, ‘falso’. Quando você acertar a resposta, isto é, escolher ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ de acordo com a instrução que lhe for passada, uma nova imagem aparecerá. Caso você erre, aparecerá um ‘X’ na tela. Estarei aqui para qualquer dúvida. Primeiro, surgirão imagens urbanas de bairros de periferia, e você deverá atribuir

aspectos positivos para essas imagens. Posteriormente, aparecerão imagens urbanas de lugares nobres, e você terá que atribuir aspectos negativos a essas imagens. Desse modo, você deverá seguir irrestritamente a regra dada. Na segunda parte, ocorrerá o contrário. No computador, aparecerão as mesmas imagens, mas você deverá responder atribuindo características negativas às imagens urbanas de lugares periféricos e características positivas às imagens urbanas de lugares nobres. Novamente, você terá que seguir uma regra dada pelo teste: não será sua opinião que será avaliada, e sim sua capacidade de seguir essas instruções que serão avaliadas. O mais importante será você memorizar a regra que o teste lhe der e segui-la fielmente para ter um bom desempenho”.

Portanto, os participantes deviam seguir: (a) uma Regra A, que consistiu em atribuir características positivas aos bairros periféricos e negativa aos bairros nobres; e (b) uma Regra B, que consistiu em atribuir características negativas aos bairros periféricos e positivas aos bairros nobres.

A primeira ou segunda regra do teste (A ou B) foi randomicamente apresentada. Desse modo, para cada participante, a Regra  $A \rightarrow B$  ou  $B \rightarrow A$  iniciou-se primeiro de forma aleatória. Também se enfatizou aos participantes que precisariam responder rapidamente ao teste, pois teriam até 2,5 s para acionarem uma das teclas (“D” ou “K”) do computador. Os participantes foram informados de qualquer dúvida poderia ser respondida, o que implicava a possibilidade de retomada das regras iniciais. Desse modo, o pesquisador pôde auxiliar o participante nos blocos iniciais do teste, explicando as regras ou dando *feedbacks*.

Os blocos iniciais correspondiam ao início do teste do IRAP programado para que os participantes aprendessem a tarefa. Desse modo, os participantes precisavam seguir as mesmas regras descritas anteriormente. Em cada um dos dois blocos ( $A \rightarrow B$  ou  $B \rightarrow A$ ), os participantes deviam concluir a tarefa, composta por 16 tentativas. Um participante

apenas podia seguir para os blocos de teste se atingisse 80% de acertos e respondesse em até 2,5 s em média. Se não atingisse os critérios, podia refazer apenas uma vez o bloco em que não atingiu critério. Se os erros permanecessem, seria excluído da pesquisa, com o devido agradecimento por sua participação.

De um total de 34 participantes iniciais, 26 atingiram os critérios nos blocos iniciais (treino) e seguiram para os blocos de teste, com os mesmos critérios de precisão e tempo de resposta exigidos na fase inicial. Nos blocos de teste, todos os participantes deviam completar seis blocos cada um, composto por 16 tentativas. Um *feedback* sobre a precisão e o tempo de resposta era apresentado na tela do computador ao participante ao final de cada bloco de treino ou de teste. Depois de completar todos os blocos, uma mensagem escrita indicava o fim do procedimento. Por fim, os participantes que atingiram, nos blocos de teste, os critérios de acerto e tempo de resposta já descritos tiveram seus desempenhos automaticamente calculados e salvos pelo *software*.

Para cada resposta, o programa registrava se ela havia sido consistente ou inconsistente, além do tempo de latência, isto é, quanto tempo o participante levou para, dada a apresentação dos estímulos, pressionar a tecla correspondente a “verdadeiro” (“D”) ou “falso” (“K”). A Figura 6 ilustra a situação.



**Horrível**

Clique “D” para **VERDADEIRO**      Clique “K” para **FALSO**



**Maravilhoso**

Clique “D” para **VERDADEIRO**      Clique “K” para **FALSO**

Figura 6. Exemplo de tentativa do IRAP.

## Resultados e Discussão

O estudo partiu da hipótese de que moradores de regiões tidas como pobres/periféricas demonstrariam menor viés negativo para imagens de bairros periféricos em relação a moradores de regiões consideradas nobres no teste do IRAP, por terem experiências como habitantes e talvez, por isso, se sentirem mais seguros vivendo nessas regiões mais pobres.

Na página seguinte, a Tabela 4 apresenta os resultados das respostas dos participantes ao roteiro de entrevista. Como já informado, do total dos 26 participantes, 18 eram mulheres, e havia quatro grupos nos quais os participantes foram distribuídos (Tabela 2, p. 32). Essa condição fez com que os oito participantes homens ficassem pulverizados entre os grupos, tornando inviável qualquer consideração a respeito da variável *sexo* nos resultados, que, portanto, não foi categorizada na Tabela 4.

Tabela 4

*Distribuições dos Sujeitos, por Grupos Investigados, segundo as Variáveis que Constavam do Roteiro de Investigação Inicial*

Variável	Valores	Bairro nobre (N = 14)		Bairro periférico (N = 12)	
		Não violência (G2: NS) n = 7	Violência (G1: NV) n = 7	Não violência (G4: PS) (n = 6)	Violência (G3: PV) (n = 6)
Escolaridade	Superior	0	3	1	4
	Superior em curso	6	4	5	2
	Ensino médio	1	0	0	0
Considera que o bairro é seguro?	Sim	7	6	6	1
	Não	0	1	0	5
Assiste programas policiais?	Às vezes	1	5	5	5
	Não	6	4	1	1
Tipo de violência sofrida por parentes e amigos	Assalto/roubo	26	22	15	18
	Sequestro	1	1	0	2
	Tentativa e/ou homicídio	2	2	1	4
Tipo de violência sofrida	Assalto/roubo	0	10	0	11
	Sequestro	0	0	0	0
	Tentativa e/ou homicídio	0	0	0	0
Há preconceito em relação à periferia	Sim	7	7	6	6
	Não	0	0	0	0

*Nota.* G1 = Grupo 1; G2 = Grupo 2; G3 = Grupo 3; e G4 = Grupo 4, conforme Tabela 2 (p. 32).

Os dados da Tabela 4 permitiram avaliar dois aspectos. Em primeiro lugar, no que diz respeito à escolaridade dos participantes, exceto pelo único participante com ensino médio, houve um equilíbrio entre os totais de participantes em cada grupo. Em segundo lugar, considerando-se que superior completo e superior em curso denotam alta escolaridade, não há evidência de que os grupos se distinguíssem quanto à escolaridade, razão pela qual essa variável não foi considerada como fator explicativo de possíveis diferenças nos resultados.

Em relação à concepção de segurança do próprio bairro, observa-se que os participantes consideraram suas respectivas localidades seguras, com exceção de moradores de bairros periféricos que passaram por violência (1 em 6), contrariando a hipótese inicial do estudo.

A questão relativa à possível exposição à violência produzida por noticiários resultou em dados que não foram claros. Se, por um lado, ficou evidente que os moradores de bairros periféricos se disseram mais expostos a ela (10 em 12); por outro lado, nove participantes do Grupo 1: NV (participantes de bairros nobres que sofreram violência) afirmaram assistir “às vezes” a tais noticiários, contra seis do Grupo 2: NS (bairros nobres, não violência). Sendo assim, não foi possível estabelecer se esse tipo de exposição possa estar relacionado ou não à concepção de segurança do bairro.

As questões sobre violência sofrida pelo próprio participante e/ou por parentes e amigos permitiram que cada participante identificasse mais de uma pessoa próxima como vítima de violência ou a si mesmo caso tivesse passado por mais de um episódio de violência urbana. Por essa razão, os totais referem-se ao número de *menções* de violência, e não ao total de indivíduos/participantes da pesquisa.

De início, deve-se salientar que, de longe, o maior número de ocorrências concentrou-se na categoria roubo/assalto. Os participantes disseram ter pouco contato

direto ou indireto com sequestro e homicídios. No entanto, mais uma vez, os resultados não foram claros. Em primeiro lugar, o maior número de relatos de violência (própria ou de outro indivíduo) veio do Grupo 1: NV. Em segundo lugar, a diferença entre as respostas do Grupo 1: NV e do Grupo 3: PV (participantes de bairros periféricos que sofreram violência) foi inexpressiva (24 contra 18), o que sugere que quaisquer diferenças a esse respeito não devem ser atribuídas ao bairro. Essa constatação é reafirmada se considerarmos que a soma total “Não violência” (26 nobres + 15 periféricos = 41) produz resultado quase idêntico ao da soma “Violência” (22 nobres + 18 periféricos = 40), como demonstra o item “Tipo de violência sofrida por parentes e amigos” na Tabela 4 (p. 37).

Por fim, a questão sobre a possível existência de preconceito contra a periferia mostrou que 100% dos participantes de cada grupo afirmaram haver esse preconceito. Mais uma vez, as respostas não permitiram supor a influência da origem (bairro) dos participantes ou de sua possível exposição a episódios de violência.

Em síntese, os dados até aqui apresentados, coletados como maneira de construir possíveis hipóteses explicativas para os resultados do IRAP, não se mostraram consistentes a ponto de distinguir os participantes, pelo menos no que se refere às variáveis consideradas e/ou à maneira de coletar as informações sobre elas. Resta, então, apresentar e analisar os resultados do IRAP.

Foram analisados, no IRAP, somente os dados dos 26 participantes que atingiram os critérios de inclusão na fase inicial. Esses participantes mantiveram os critérios de estabilidade ao longo dos blocos de teste (acertos mínimos de 80%, latência média menor ou igual a 2500 ms, ou 2,5 s). Desse modo, o teste calculou as relações de bairros testadas: periferia – negativo, periferia – positivo, nobre – positivo e nobre – negativo.

Os dados aqui mostrados são referentes aos D-IRAP escores médios, que são os dados calculados automaticamente pelo *software* e mostram como os participantes responderam às relações testadas. Os D-IRAP escores médios forneceram informações que serão mais adiante apresentadas em forma de gráfico, facilitando a visualização dos padrões de respostas dos participantes no referido teste.

Devido às dificuldades em compor uma amostra heterogênea em relação às variáveis abarcadas no roteiro/questionário, o presente estudo acabou contando massivamente com participantes do sexo feminino e de elevado grau de instrução. Dessa maneira, um dos objetivos deste estudo, de identificar viés negativo em relação à periferia em moradores de bairros considerados nobres e periféricos, sofreu limitações. Por isso, as análises contam com avaliações descritivas e estatísticas dos resultados coletados pelo IRAP, dando ao estudo caráter mais delimitado.

A seguir, traremos os dados referentes aos D-IRAP escores médios dos participantes. Como deve ser lembrado, os participantes deviam responder ao teste do IRAP seguindo uma Regra A, que consistiu em qualificar as imagens de periferia como positivas e as de bairros nobres como negativas, isto é, uma regra consistente. Em seguida, uma Regra B consistia em qualificar as imagens de periferia como negativas e de bairros nobres como positivas.

Na Regra A, portanto, as respostas corretas dadas pelos participantes deviam ser: periferia – positivo = verdadeiro; periferia – negativo = falso; bairro nobre – positivo = falso; e bairro nobre – negativo = verdadeiro. Na Regra B, as respostas corretas eram invertidas. A Figura 7, na página seguinte, traz um exemplo das tarefas que os participantes executaram.

## Consistente



## Inconsistente



Figura 7. Regras que os participantes do IRAP deviam seguir. Em negrito e com a marcação da seta, faz-se a indicação das respostas corretas nas respectivas tentativas.

Como pode ser visualizado na Figura 7, todos os participantes deviam seguir as regras consistentes e inconsistentes. A obediência às regras (a precisão de acertos e a latência adequada da resposta no teste do IRAP) geraram dados acerca dos desempenhos dos participantes: os D-IRAP escores obtidos durante os blocos de teste. Os blocos de teste dizem respeito a uma sequência randomizada pelo IRAP, no qual os participantes deviam seguir as regras consistentes e inconsistentes, que, por sua vez, geraram os D-IRAP escores médios dos grupos de participantes desta pesquisa.

Escore médios próximos a zero sugerem que não há diferença na latência de resposta, comparando-se respostas nos blocos consistentes e inconsistentes. Desse modo, não se verificaria qualquer tipo de viés. Por sua vez, escores médios que se diferenciam de zero são produzidos por respostas com latências menores em um dado tipo de bloco: escores mais próximos de 1 denotariam viés para a relação periferia – positivo; e mais próximo a -1, viés para periferia – negativo. Foram realizados testes estatísticos t de Student para avaliar os escores médios de todos os participantes nas relações periferia – positivo e periferia – negativo. Esses dados foram comparados com a hipótese nula (0) e alternativa pelo teste. Dessa forma, foi possível calcular se os escores médios dos participantes eram estatisticamente significativos para viés.

Os dados, nas figuras a seguir, que contiverem um ou dois sinais de asterisco denotam respostas significativamente enviesadas para algum nível de preferência pró ou contra periferia. Assim, devemos verificar como os participantes responderam nas condições consistentes e inconsistentes e o nível estatísticos dos seus dados.

Para a apresentação dos dados dos participantes do IRAP, foi escolhido o gráfico-padrão que mostra dois eixos: (a) o eixo acima de zero mostra os dados na regra consistente (A); e (b) o eixo abaixo de zero mostra a regra inconsistente (B). São também mostradas as iniciais “V”, de “verdadeiro”; e “F”, de falso, que indicam como os

participantes deviam responder às regras consistentes e inconsistentes, facilitando a interpretação.

A apresentação dos dados gerados nesta pesquisa iniciou-se com os participantes de bairros nobres, em seguida os dos bairros periféricos e, por fim, os dados foram aglutinados. O número total de participantes na Figura 8 é 14, e sua distribuição em dois grupos resultou em sete participantes em cada grupo.

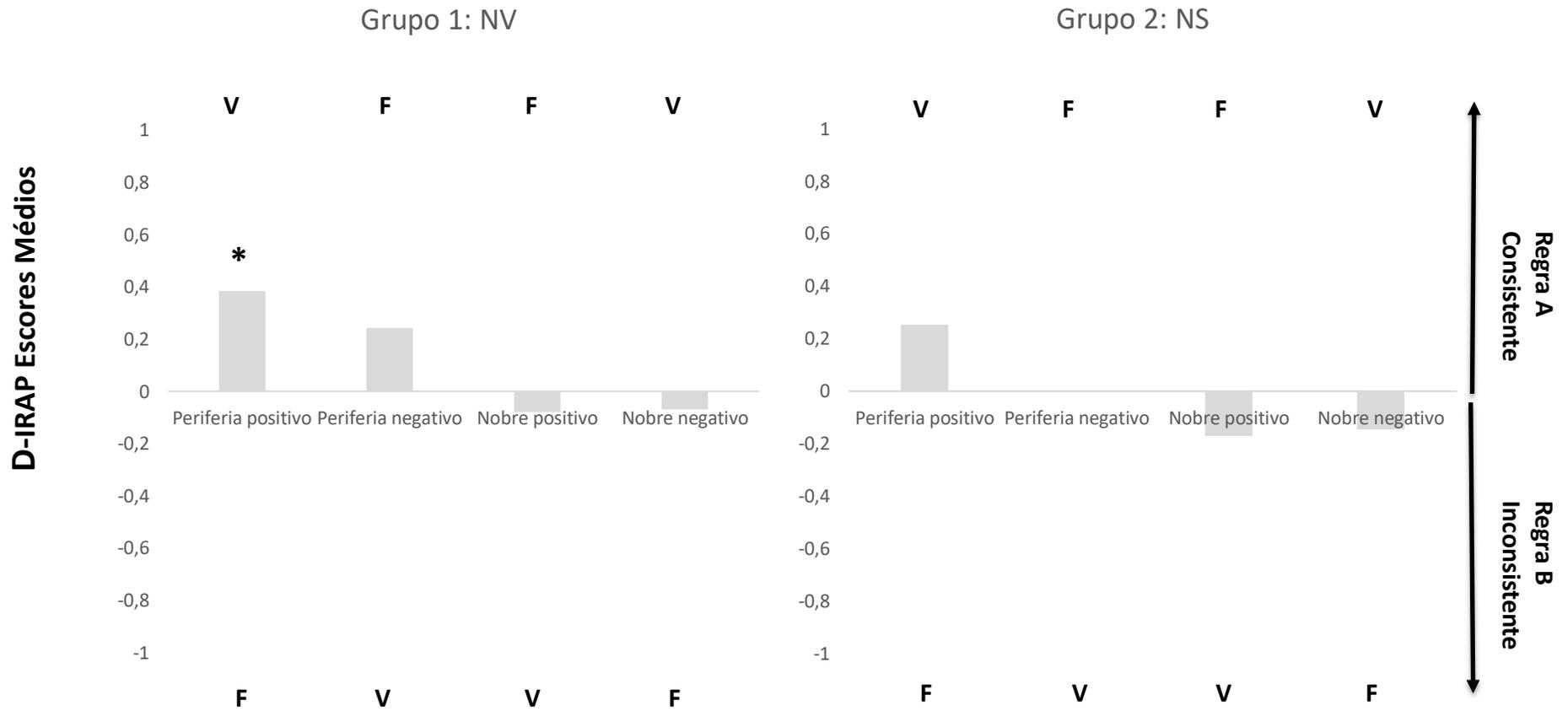


Figura 8. Escores médios dos participantes moradores de bairros nobres que passaram por violência urbana (NV) e os que não passaram por ela (NS). O asterisco sinaliza que os valores são significativamente diferentes de zero ( $p < 0,05$ ;  $n = 14$ ).

Podemos observar, na Figura 8, que existem diferenças em relação às respostas do grupo de moradores de bairros nobres que passaram por violência urbana e os que não passaram. Desse modo, precisamos analisar como os participantes responderam nas regras consistentes e inconsistentes e seus respectivos dados.

Foi possível notar que o Grupo 1: NV obteve escores médios de 0,384 para periferia – positivo = verdadeiro; 0,242 para periferia – negativo = falso; -0,0797 para nobre – positivo = verdadeiro; e -0,0695 para nobre – negativo = falso. Quando se avaliou a média dos escores das respostas nas quatro combinações possíveis, o dado resultou positivo: 0,119.

Desse modo, embora os participantes tenham respondido nas regras consistentes e inconsistentes, notou-se que houve uma latência menor nas respostas à regra consistente denotando uma tendência a qualificar a periferia de forma mais positiva no Grupo 1: NV.

Em relação ao Grupo 2: NS, quando se analisam as respostas às regras consistentes e inconsistentes, obtêm-se escores médios de: 0,254 para periferia – positivo = verdadeiro; 0,002 para periferia – negativo = falso, -0,169 para nobre – positivo = verdadeiro; e -0,145 para nobre – negativo = falso. Ao se avaliar a média dos escores das respostas dos participantes, notou-se um dado negativo -0,014, que demonstra qualificação mais negativa dos bairros de periferia para esse grupo.

Salienta-se que a única combinação que produziu uma diferença significativa pró-periferia foi a relação periferia – positivo = verdadeiro no Grupo 1: NV, como pode ser visto na Figura 8. Portanto, o Grupo 1: NV, que passou por violência, tendeu a qualificar mais positivamente a periferia que o grupo que não passou por violência.

Uma das hipóteses inicialmente levantadas nesta pesquisa foi a de que os participantes que sofreram violência qualificariam mais negativamente a periferia, pois havia possibilidade de relações aprendidas entre violência e periferia ou periferia e

violência terem adquirido a mesma função ou terem se tornando equivalentes. Todavia, tal hipótese, para os participantes de bairros nobres, não se confirmou: ter passado por violência pareceu não estar relacionado a um viés negativo em relação à periferia nesta pesquisa. Ao contrário do que se supôs, o grupo de participantes de bairros nobres que passou por episódio de violência não apresentou diferenças estatisticamente significativas no teste do IRAP em relação a qualificar *negativamente* a periferia. Na verdade, os participantes de bairros nobres que passaram por episódios de violência urbana apresentaram tendências mais positivas para os bairros de periferia.

A seguir, serão demonstrados os dados dos participantes moradores de bairros periféricos e seus respectivos D-IRAP escores médios.

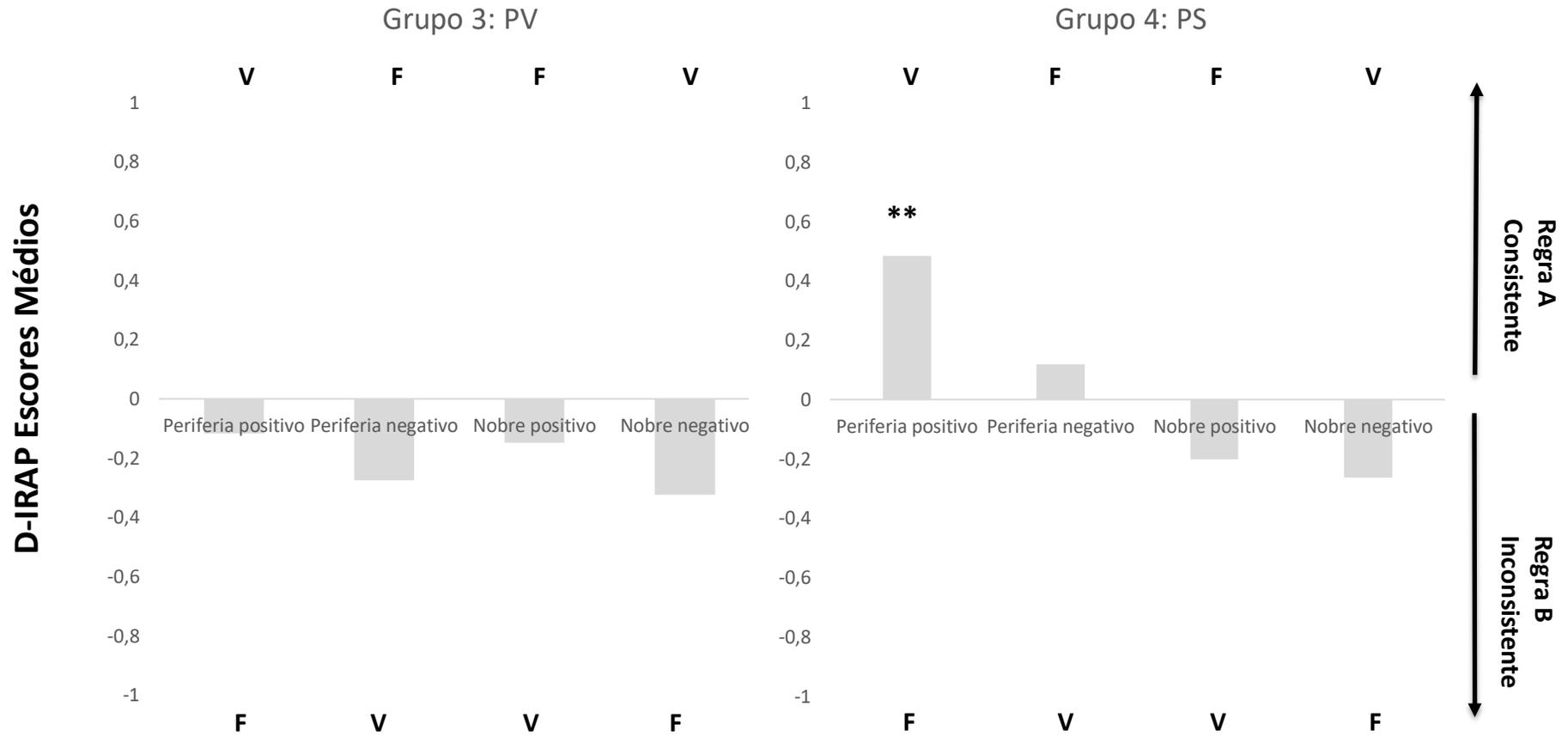


Figura 9. Escores médios de moradores de periferia que passaram por violência urbana (PV) e os que não passaram por ela (PS). Os asteriscos sinalizam que os valores são significativamente diferentes de zero ( $p < 0.05 = *$ ;  $p < 0.01 = **$ ;  $n = 12$ ).

A Figura 9 traz 12 participantes que. Distribuídos em dois grupos, os cálculos para o teste t resultaram em seis participantes em cada grupo. Podemos observar, na figura, que o Grupo 3: PV, que passou por violência urbana, apresentou todas as respostas na Regra B inconsistentes, obtendo: -0,116 para periferia – positivo = falso; -0,275 para periferia – negativo = verdadeiro; -0,148 para nobre positivo – verdadeiro; e -0,323 para nobre – negativo = Falso. A média foi de -0,215, o que evidencia tendência a qualificar negativamente os bairros periféricos. Em termos estatísticos, porém, não se notaram dados que significativamente denotassem viés negativo em relação à periferia.

No Grupo 4: PS, os participantes seguiram de forma mais marcada as regras consistentes e inconsistentes do teste, obtendo: 0,483 para periferia – positivo = verdadeiro; 0,118 para periferia – negativo = falso; -0,201 para nobre – positivo = verdadeiro; e -0,262 para nobre – negativo = falso. A média foi de 0,034, portanto, uma tendência mais positiva em relação à periferia. Na combinação periferia – positivo = verdadeiro, o grupo atingiu 0,483, o que evidencia diferenças estatisticamente significativas entre as respostas.

Os Grupos 3: PV e 4: PS responderam ao teste de modos distintos: PV, que passou por episódios de violência, qualificou mais negativamente os bairros de periferia. Comparando os dados da Tabela 4 (p. 37), que tem as respostas acerca da violência urbana, e os dados do teste do IRAP na Figura 9, verifica-se que os participantes que passaram por violência consideram os bairros periféricos como mais perigosos.

Embora tenhamos verificado que os participantes que vivenciaram episódios de violência tenderam a qualificar negativamente a periferia, corroborando uma das hipóteses desta pesquisa, não se observou, porém, um viés negativo estatisticamente significativo. A Figura 10, na página seguinte, traz os dados agrupados de moradores de bairros nobres e periféricos.

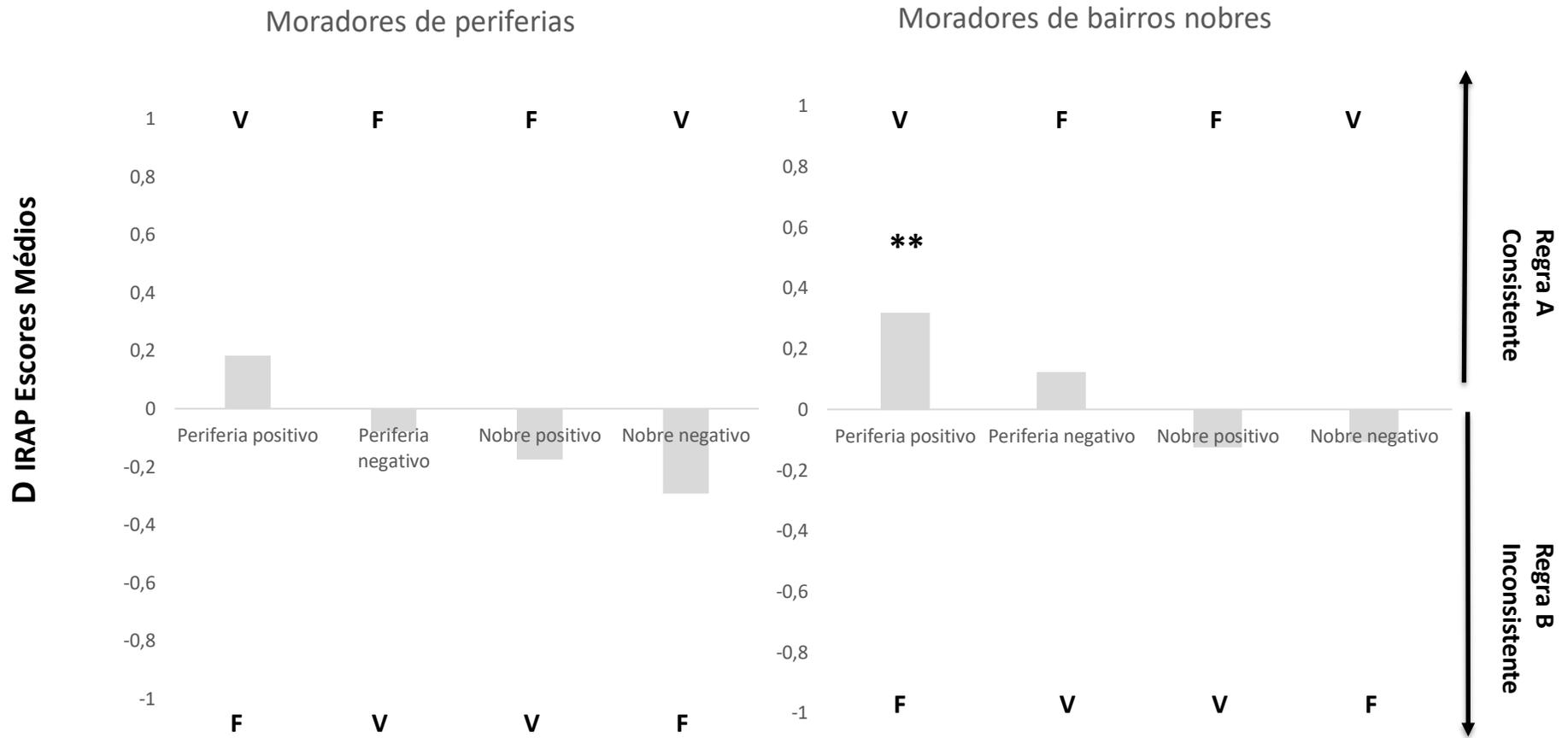


Figura 10. Escores médios do total de participantes oriundos dos bairros nobres ou periféricos. Os asteriscos sinalizam que os valores são significativamente diferentes de zero ( $p < 0.05 = *$ ;  $p < 0.01 = **$ ;  $N = 26$ ).

Ao se distribuir o total de 26 participantes da Figura 10 em dois grupos para os cálculos do teste t, 12 participantes foram nos grupos de moradores de periferias e 14 nos nobres. Pela Figura 10, constata-se que os moradores de periferia responderam, na maioria das combinações, à regra inconsistente e obtiveram os seguintes escores médios: 0,183 para periferia – positivo = verdadeiro; -0,078 para periferia – negativo = verdadeiro; -0,175 para nobre – positivo = verdadeiro; e -0,292 para nobre – negativo = falso. Os dados, nas quatro combinações avaliadas, chegaram à média de -0,090, denotando tendências negativas em relação aos bairros de periferia.

No entanto, embora houvesse uma tendência a qualificar a periferia de forma mais negativa, não se verificou um viés estatisticamente significativo para a relação periferia – negativo. Além disso, observou-se que o grupo de moradores de periferia na combinação nobre negativo – falso mostrou um viés estatisticamente significativo “pró-nobre”.

Em relação aos participantes moradores de bairros nobres, verificaram-se os seguintes escores médios: 0,319 para periferia – positivo = verdadeiro; 0,122 para periferia – negativo = falso; -0,124 para nobre – positivo = verdadeiro; e -0,107 para nobre – negativo = falso. A média dos participantes ficou em 0,052, denotando uma tendência mais positiva em relação à periferia.

Comparando-se os grupos de moradores de periferias e bairros nobres, observou-se uma tendência em qualificar a periferia de forma mais negativa por parte de moradores de periferias. Na combinação periferia – positivo = verdadeiro, o grupo de moradores de bairros nobres obteve resultados que ficaram em 0,319, evidenciando uma qualificação mais positiva nessa relação. Contudo, para se confirmar qualificação significativamente positiva para bairros periféricos, as combinações periferia – positivo = verdadeiro e periferia – negativo = falso deveriam ocorrer conjunta e significativamente.

Um dos objetivos desta pesquisa foi mensurar se moradores de bairros periféricos teriam menor viés em relação à periferia. Contudo, os dados não permitiram constatar a existência de diferenças significativas entre os grupos.

## Conclusão

Os objetivos da presente pesquisa foram pautados na construção de um roteiro de entrevista que permitisse rastrear, por meio de descrições verbais dos participantes, histórias ligadas a fatores de exposição à violência. Criou-se a hipótese de que tais fatores pudessem relacionar-se com a qualificação que os participantes dariam às imagens dos bairros periféricos e, posteriormente, o uso do IRAP permitiria avaliar a existência ou não de vieses dos participantes em relação à periferia.

No decorrer do trabalho, porém, algumas circunstâncias produziram limitações, tais como a exclusão de participantes devido aos critérios do IRAP, o que explica ter havido uma amostra relativamente pequena e demasiadamente homogênea (predominantemente feminina, com alto grau de escolarização). Não foi possível determinar se e em que medida essas limitações responderam pelos resultados obtidos, ou se as deficiências estavam contidas no delineamento ou na hipótese inicial.

A tentativa de confronto entre os resultados da presente pesquisa e os das demais pesquisas com metodologia semelhante mostrou-se infrutífera, pois não foi possível encontrar pesquisas que empregaram o IRAP especificamente para aferição de viés social em relação à periferia. No entanto, algumas comparações puderam ser realizadas com grupos estudados pelo IRAP com pessoas negras e homoafetivas.

Drake et al. (2015) realizaram uma pesquisa com participantes negros e brancos estadunidenses, estudando possíveis dados de vieses em relação às pessoas negras e brancas. Na referida pesquisa, observou-se que os grupos evidenciaram viés positivo em relação a grupos étnicos, ou seja, brancos avaliaram brancos mais positivamente e negros avaliaram negros mais positivamente. Além disso, outra pesquisa, realizada com todos os participantes brancos em relação ao viés étnico com imagens de pessoas brancas e negras, resultou em viés positivo para brancos e negativos para negros (Barnes-Holmes

et al., 2010). Esses estudos, portanto, apontaram que variáveis como pertencimento a um grupo étnico podem alterar vieses. Sendo assim, as variáveis “ser morador de periferia” ou “residir em bairro nobre” e “ter passado por violência” ou “não ter passado por violência” poderiam evidenciar diferenças no teste do IRAP. Contudo, além dessas, muitas outras variáveis poderiam interferir, como grau de instrução, visão política, gênero, religião e assim por diante.

Dessa maneira, pesquisas futuras poderão trabalhar mais variáveis dos participantes, como níveis de instrução distintos, tornando os grupos mais heterogêneos, com um maior número de variáveis ligadas à história dos sujeitos que pudessem ser estudadas pelo IRAP, enriquecendo a pesquisa.

Ainda em relação a futuros estudos, sugerimos que busquem trabalhar com mais participantes e com um número mais equilibrado entre homens e mulheres. Entretanto, como pesquisadores, sabemos das limitações de tempo e financeiras que são comuns às áreas de produção de ciência em nosso País, ainda que alguns pesquisadores tenham logrado trabalhar com amostras mais robustas; por exemplo, a pesquisa que investigou o uso do IRAP para expressões de alegria e raiva e interferência da ansiedade e depressão contou com 122 participantes estudantes universitários (Azevedo, 2018); e o trabalho de identificação de vieses em relação à homoafetividade contou com 40 participantes (Murphy, 2018).

Dessa forma, esperamos que os dados levantados pela presente pesquisa possam reafirmar ainda mais o IRAP como um importante sinalizador de atitudes enviesadas ou preconceituosas em relação a grupos minoritários e/ou marginalizados. Também sugerimos fortemente o emprego de pesquisas que visem a compreender ou intervir em problemas de questões sociais.

A análise do comportamento, como uma ciência, possui elementos conceituais e empíricos que podem contribuir para a compreensão de questões que podemos nomear como de ordem social. Esse potencial pode ser empregado em demandas importantes, como fome, concentração de renda, racismo e outros (Guerin, 2009; Holland, 1978; Holpert, 2004; Moore, 2003; Skinner, 1970, 1978). Nos últimos anos, pesquisas foram realizadas no Brasil e contribuíram para o aumento de trabalhos acerca da compreensão de comportamentos preconceituosos ou mesmo estratégias interventivas no País (Castelli, 2016; Fazzano & Gallo, 2015; Jardim, 2018; Mizael, 2015; Rabelo et al., 2014). Desse modo, faz-se importante a produção de mais trabalhos que possam contribuir para o entendimento das variáveis presentes nesses fenômenos.

Por fim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para suscitar outros trabalhos no campo de estudos de relações enviesadas e/ou preconceituosas, pesquisas que visem a identificar variáveis ligadas ao estabelecimento de formação de comportamentos enviesados ou preconceituosos, variáveis de reforçamento ou manutenção desses comportamentos e possíveis estratégias de intervenção.

## Referências

- Abreu, M. A. (1996). Pensando a cidade no Brasil do passado. In I. E. Castro, P. C. C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Andery, M. A., & Sérgio, T. M. P. (1997). A violência urbana: Aplica-se a análise da coerção? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos Teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1; pp. 433-444). São Paulo: ARBbytes Editora.
- Azevedo, A. P. R. A. (2018). *Modulação do efeito IRAP por expressões de alegria e raiva e interferência da ansiedade e depressão neste processo* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Power, P., Hayden, E., Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you know what you really believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, 32(7), 169–177.
- Barnes-Holmes, D., Murphy, A., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2010). The Implicit Relational Assessment Procedure: Exploring the impact of private versus public contexts and the response latency criterion on pro-white and anti-black stereotyping among white Irish individuals. *The Psychological Record*, 60, 57–66.
- Bradley, M., & Lang. P.J. (1994). Measuring emotion: The Self-Assessment Manikin and the Semantic Differential. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatric*, 25(1), 49–59.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

- Brito, F. A., & Pinho, B. A. T. D. (2012). *A dinâmica do processo de urbanização no Brasil 1940-2010* (Texto para Discussão, 464). Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- Bugni, R. P., & Jacob, M. S. (2017). Índice de Vulnerabilidade Social: Uma análise da cidade de São Paulo. In B. O. Marguti, M. A. Costa, & C. B. Favarão (Orgs.), *Territórios em números: Insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHs e regiões metropolitanas brasileiras* (Vol. 2). Brasília: IPEA.
- Carvalho, M. P. (2010). *Resistência à mudança de atitude preconceituosa racial avaliada pelo paradigma de equivalência de estímulos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Castelli, M. Z. (2016). *Intervenções para redução de preconceito étnico: Efeitos sobre preconceito implícito e percepção de pares em escolares* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.  
doi:10.11606/D.47.2016
- Cullen, C., & Barnes-Holmes, D. (2008). Implicit pride and prejudice: A heterosexual phenomenon? In T. G. Morrison & M. A. Morrison (Eds.), *Modern prejudice* (pp. 195-223). New York: Nova Science.
- de Rose, J. C. (1993). Classes de estímulos: Implicações para uma análise comportamental da cognição. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (9)2, 283–303.
- de Rose, J. C., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo de significado. *Acta Comportamentalia*, 15(3), 83–102.
- de Houwer, J. (2006). What are implicit attitudes and why are we using them? In R. W. Wiers & A. W. Stacy (Eds.), *The handbook of implicit cognition and addiction* (pp. 11–28). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Debert, P., Matos, M. A., & Andery, M. A. P. A. (2006). Discriminação condicional: Definições, procedimentos e dados recentes. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 2, 125–133.
- Drake, C. E., Kellum, K. K., Wilson, K. G., Luoma, J. B., Weinstein, J. H., & Adams, C. H. (2010). Examining the Implicit Relational Assessment Procedure: Four preliminary studies. *The Psychological Record*, 60, 81–100.
- Drake, C. E., Kramer, S., Travis, S., Swiatek, R., Kohn, K., & Murphy, M. (2015). Exploring the reliability and convergent validity of implicit racial evaluations. *Behavior and Social Issues*, 24, 68–87. doi:10.5210/bsi.v.24i0.5496
- Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 23(3), 535–345. doi:10.9788/TP2015.3-02
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa* (3 ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gonçalves, A. F., & Maeda, M. T. (2017). IDH e a dinâmica intraurbana na cidade de São Paulo. In B. O. Marguti, M. A. Costa, & C. B. Favarão (Orgs.), *Territórios em números: Insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHS e regiões metropolitanas brasileiras* (Vol. 2). Brasília: IPEA.
- Guerin, B. (2009). Análise do comportamento e a construção social do conhecimento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 5(1), 117–137.
- Guia Geográfico. (n.d.). Mapas SP [Mapa geográfico]. Recuperado em 4 nov. 2018, de <http://www.mapas-sp.com/>
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A post-skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.

- Holland, J. (1978). Behaviorism, part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, *11*, 163–174.
- Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na análise do comportamento: Artigos do *Behavior and Social Issues* (1991-2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *11*(1), 1–16.
- Hübner, M. M. (2006). Controle de estímulos e relações de equivalência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *8*(1), 95–102.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Atlas da Violência 2018*. Brasília: Autor. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432)
- Jaitman, L., & Torre, I. (2017). Uma abordagem sistemática para medir os custos do crime em 17 países latino-americanos e caribenhos. In Banco Interamericano de Desenvolvimento (Ed), *Os custos do crime e da violência: Novas evidências e constatações na América Latina e Caribe*. Washington, D.C.: BID.
- Jardim, P. H. (2018). *Análise do comportamento e o negro no Brasil: Avaliação de um procedimento de formação de classes equivalentes de estímulos relacionadas ao viés racial em adultos negros e brancos* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Longo, I. S. (2012). *The stigma of three Ps: Poor person, black person, of the periphery. The vision of adolescents of the Heliópolis community*. Trabalho apresentando no I Colóquio Internacional de Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros. Recuperado de [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000132012000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000132012000100017&lng=en&nrm=iso)
- Marques, E., & Bichir, R. (2001) Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. *Revista Espaço e Debates*, n. 42, pp. 9-30.
- Mizael, T. M. (2015). *Estabelecimento de classes de estímulos equivalentes com estímulos significativos: Investigando a atitude racial preconceituosa* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas analítico-comportamentais sobre a homossexualidade: Análise da produção científica. *Perspectivas*, 9(1), 15–28. Recuperado de <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/393/275>.
- Moore, J. (2003). Behavior analysis, mentalism, and the path to social justice. *The Behavior Analyst*, 26(2), 181–193.
- Murphy, L. (2018). *An investigation of current attitudes towards homosexuality using implicit and explicit measures* (Undergraduate Thesis). National College of Ireland, Dublin, Ireland.
- Nelson, T. D. (Ed.). (2009). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. New York/Hove: Psychology Press.

- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16*(1), 95–107. doi:10.1590/S0102-79722003000100010
- Rabelo, L. Z., Bortoloti, R., & Souza, D. H. (2014). Dolls are for girls and not for boys: Evaluating the appropriateness of the IRAP for school-age children. *The Psychological Record, 64*(1), 71–77.
- Ribeiro, W. S., Andreoli, S. B., Ferri, C. P., Prince, M., & Mari, J. J. (2009). Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: Uma revisão da literatura. *Brazilian Journal of Psychiatry, 31*(Suppl. 2), S49–S57. doi:10.1590/S1516-44462009000600003
- Roddy, S., Stewart, I., & Barnes-Holmes, D. (2010). Anti-fat, pro-slim, or both? Using two reaction time based measures to assess implicit attitudes to the slim and overweight. *Journal of Health Psychology, 15*, 416-425
- Rodrigues, A., Hernandes, R., Mariani, D., & Bergamo, M., (2017). Mapa da morte. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <http://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/>
- São Paulo (estado). Secretaria da Segurança Pública. (2018). *Dados estatísticos do estado de São Paulo*. Recuperado de <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx>
- São Paulo Bairros: Guia de bairros, cultura, turismo e utilidades públicas em São Paulo*. (n.d.). Recuperado em 4 nov. 2018, de <http://www.spbairros.com.br/>
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research, 14*, 5–13.
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.

- Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sérgio, Trans.)  
Campinas: Livro Pleno. (Trabalho original publicado em 1989).
- Sidman, M. (2008). Reflections on stimulus control. *The Behavior Analyst*, 31(2), 127–135.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the test paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5–22.
- Skinner, B. F. (1970). *Ciência e comportamento humano*. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Tanaka, G. M. M. (2006). *Periferia: Conceitos, prática e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo* (Dissertação de mestrado).  
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Torres, H. G., & Oliveira, M. A. (2001). Quatro imagens da periferia paulistana. *Espaço e Debates*, 17(42), 64–69.
- Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2001.
- Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Recuperado de <https://www.mapadaviolencia.org.br/>
- Whelan, R., & Barnes-Holmes, D. (2004). The transformation of consequential functions in accordance with the relational frames of same and opposite. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 82(2), 177–195.

## Apêndice A

### Termo de Consentimento e Esclarecimento

O estudo em questão se trata de uma dissertação de mestrado de cunho social do programa de estudos de pós-graduação em psicologia experimental: Análise do Comportamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Esta pesquisa envolve atividades realizadas por um notebook e serão utilizados o teclado e o mouse. A tarefa consiste em escolher imagens e palavras que aparecerão na tela do computador. Haverá orientação fornecida para esta atividade e esta etapa será filmada.

Os resultados deste estudo terão fim acadêmico e científico e desta forma qualquer dado referente à identidade do participante será sigiloso e o participante poderá interromper a qualquer momento a participação do estudo. Os resultados individuais não poderão ser informados no momento da pesquisa, contudo, no final do estudo os dados serão apresentados.

Mesmo que a intenção do estudo não seja levantar problemas psicológicos, caso alguém se sinta incomodado por alguma questão, ensejada pelo trabalho colocamos o serviço de psicologia da PUC-SP. Localizada na rua: Alm. Pereira Guimarães, 150 - Pacaembu, São Paulo - SP, Tel: (11) 3862-6070 para dar entrada para encaminhamento psicológico.

Aceito ser participante da pesquisa supracitada

---

Participante

---

Washington Santos de Souza  
Pesquisador

## Apêndice B

### Ficha de Identificação e Breve Histórico do Participante

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ) Outro ( )

3) Idade: \_\_\_\_\_

4) Escolaridade: Ensino Fundamental ( ) Médio( ) Superior ( )

5) Você reside no (a):

Bairro: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_

6) Há quantos anos você mora nesse bairro \_\_\_\_\_

7) Você assiste a esses noticiários da televisão:

Cidade Alerta ( ) Brasil Urgente ( Datena) ( ) Balaço Geral ( )

Operação de Risco ( )

Outros programas policiais: \_\_\_\_\_

8) Com que frequência você assiste a programas policiais:

Todo dia ( ) Duas vezes na semana ( ) Três vezes na semana ( ) Quatro vezes na semana ( )

Raramente ( ) ou Nunca ( )

9) Você recebe/tem acesso a notícias de violência urbana por mídias como (assinale mais de uma, se for o caso):

Mídias	Todo dia	Dias por semana				Nunca
		1	2	3	4	
Rádio						
Jornal						
Sites						
Whats app						
Telegram						
Twitter						
Instagram						
Youtube						
Facebook						

10) Você conhece alguém que já passou por esses tipos de violência:

Violências	Sim					Não
	Parente	Amigo	Colega	Funcionário	Outro	
Assalto						
Roubo						
Sequestro						
Homicídio						
Tentativa de homicídio						

**(Se sua resposta tiver sido NÃO, pule para a questão 12)**

11) Em relação à sua resposta à pergunta acima, você sabe informar em qual bairro ou rua esta pessoa que você conhece sofreu a violência?

Sim ( ) \_\_\_\_\_

Não ( ) \_\_\_\_\_

12) Você sofreu alguma dessas violências abaixo listadas?

Tipos de violência	Sim	Não
Assalto		
Roubo		
Sequestro		
Tentativa de homicídio		

**(Se todas as suas respostas tiverem sido NÃO, pule para a questão 13)**

Em caso afirmativo, em qual bairro ou rua? \_\_\_\_\_

Como isso afetou sua vida? \_\_\_\_\_

13) Cite até três bairros que você considere perigosos em São Paulo?

\_\_\_\_\_

14) Cite até três bairros que você considere seguros em São Paulo?

---

15) Você considera seu bairro seguro?

Sim (  ) Justifique: \_\_\_\_\_

---

Não (  ) Justifique: \_\_\_\_\_

---

16) Para você quais fatores contribuem para a violência urbana?

---

---

---

17) Você acredita que exista algum tipo de preconceito social em relação à periferia/ favela ou comunidade?

Sim existe preconceito (  ) Não existe preconceito (  )

CONTATO- Celular/E-mail:

---

---